

## Transcrição da 435ª ROP CONSEMA

1  
2

3 **00:00:42 Glória Roberta Paffi:** Bom dia a todos. Senhor Jonatas, muito bom dia.  
4 Conselheiros e conselheiras, presentes e demais convidados que nos acompanham pela internet,  
5 tendo sido verificado o quórum, a mesa declara aberta os trabalhos da 435ª Reunião Ordinária  
6 do Plenário do CONSEMA, que tem como pauta conhecida e distribuída no prazo regimental  
7 a todos os senhores. Informo a todos os presentes que a transmissão ao vivo desta reunião pode  
8 ser acessada no *YouTube*, na página da SEMIL. A presente reunião ocorre na sala de reuniões  
9 do CONSEMA, no Plenário Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual. Vamos passar  
10 agora para a primeira parte do expediente preliminar, na qual passo a informar sobre a  
11 aprovação das atas da 432ª Reunião Ordinária do Plenário e 433ª Reunião Ordinária. Peço  
12 também ao plenário que se dispense a leitura, ficando, portanto, aprovada pela presidência.  
13 Dando continuidade, também informo que a ata da 434ª Reunião Ordinária do Plenário será  
14 encaminhada na ocasião da convocatória da 435ª Reunião. Passo agora as comunicações da  
15 presidência. Senhor Jonatas, bom dia.

16 **00:01:55 Jonatas S. da Trindade:** Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de fazer um breve  
17 relato sobre a Semana do Meio Ambiente no início desse mês, foi uma semana bastante intensa,  
18 com muitos eventos, uma participação da sociedade significativa. Cada área técnica e as  
19 vinculadas das secretarias se esmeraram em promover realmente uma semana com muitas  
20 agendas e com divulgação do que o estado de São Paulo tem trabalhado em relação ao meio  
21 ambiente, como a gente tem conseguido levar as políticas públicas e buscado aprimorar essas  
22 políticas públicas. É um processo também de conscientização de toda a população, em especial,  
23 e aí vale um relato em relação à questão dos focos de incêndio que a gente tem observado que  
24 aumentaram significativamente esse ano em decorrência da situação de seca e altas  
25 temperaturas que a gente tem observado no estado de São Paulo. É um processo que a gente  
26 vai ter que aprimorar, eu estava discutindo com o Frigério como é que a gente pode fortalecer  
27 ainda mais o São Paulo Sem Fogo, contando com a ajuda de todos vocês, na experiência que  
28 vocês têm, o entendimento que a gente precisa realmente fazer uma grande campanha. A ideia,  
29 eu conversei ontem com algumas pessoas que querem ajudar o estado de São Paulo nessa  
30 questão de conscientização de toda a população do risco do incêndio florestal provocado, a  
31 maior parte deles por humanos e por um descuido. Semana passada eu estive no Pontal do  
32 Paranapanema para acompanhar um processo de restauração, em parceria com a Astrazeneca,  
33 Biofílica e IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), é um processo de restauração que foi  
34 definida pela empresa como compromisso de neutralização da pegada de carbono a nível  
35 global, e o compromisso de restauração de 6 mil hectares lá no Pontal. Eles estão realizando  
36 um trabalho fabuloso, com praticamente 11 frentes de restauração, 15 viveiros envolvidos,  
37 viveiros que foram contratados, consorciados lá com o IPÊ, então um processo que está em  
38 curso, em curso rápido. As áreas são relativamente planas, o que favorece a restauração. Por  
39 exemplo, eu tive oportunidade de acompanhar uma área de 60 hectares que estava em processo  
40 de restauração, era uma área de reserva legal de uma propriedade que o proprietário entendeu  
41 que poderia ter o benefício de ter restauração na sua propriedade, e topou esse processo. Eles

42 indicaram que tinha um potencial de restaurar até 110 hectares por dia, pelo quantitativo de  
43 frentes que ele tem, usando tecnologia, eles adquiriram equipamento, aquele equipamento que  
44 faz aquele tubete ecológico que usa o material biodegradável que consegue produzir entre 4  
45 mil e 5 mil tubetes por dia, então é um número significativo. Eles estavam produzindo 4  
46 dizendo que a máquina pode chegar a 5 tranquilamente, mas o quantitativo de 4 mil por dia já  
47 era o suficiente para aquele processo de restauração que eles estavam conduzindo. Além disso,  
48 a possibilidade de geração de emprego e renda localmente, a aquisição de insumos de forma  
49 local. Então a gente observa o tanto que movimentam a cadeia localmente, num município que  
50 sempre teve uma pegada de desmatamento lá no passado, com o objetivo de implantação de  
51 projetos agropecuários, e que está enxergando a necessidade realmente de fazer uma  
52 restauração daquilo que minimamente é exigido na lei e daquilo que pode trazer o benefício  
53 para as propriedades, seja reserva legal ou Área de Preservação Permanente. Mas, a estimativa  
54 deles é que haja uma movimentação de pelo menos 400 empregos diretos e indiretos na região,  
55 em decorrência de todo esse processo de restauração que está ocorrendo. E aí a nossa ideia é  
56 centrar esforços na região, porque tem muito espaço ainda de restauração. O IPÊ desenvolveu  
57 o mapa dos sonhos, que é o mapa que tem essa vertente de fazer essa conexão com o olhar na  
58 biodiversidade, com olhar na fauna, para que a gente realmente possibilite com que a fauna  
59 silvestre consiga circular de uma forma mais tranquila e ter um ambiente propício para se  
60 reproduzir no local. Então eu acho que foi uma semana bastante proveitosa, esses dois dias que  
61 eu passei lá, para poder entender o que eles estavam fazendo de diferente, o que eles estavam  
62 buscando de tecnologia para trazer escala nesse processo de restauração. E aí, retornando para  
63 a Semana do Meio Ambiente, foi uma semana muito profícua no sentido de cada dia tratar de  
64 uma temática. Nós tivemos um dia com foco em restauração, um dia com foco na questão dos  
65 incêndios florestais, um dia com um foco com olhar mais especial, mas não se concentrou num  
66 único dia em relação à fauna silvestre. A questão da necessidade da gente entender o tanto que  
67 a fauna tem sido impactada pelo tráfico ilegal desses animais aqui no estado de São Paulo,  
68 impactados pelos incêndios e desmatamento ilegal. Então a gente conseguiu mobilizar muita  
69 gente e os eventos foram múltiplos. Só a Fundação Florestal, e o Rodrigo pode me corrigir,  
70 promoveu nas Unidades de Conservação mais de 200 atividades durante a semana. E aí a gente  
71 conseguiu mobilizar também alunos da rede estadual, conseguiu ter uma mobilização grande  
72 também da sociedade civil na participação desses eventos. Começamos o evento lá no Parque  
73 Ecológico do Tietê, num dia bastante movimentado, que foi no domingo, e uma participação  
74 bem qualificada. Fizemos plantio de mudas com a participação do coronel Navarro, que foi o  
75 mestre de cerimônias lá no plantio com as crianças. As crianças ficaram super felizes de  
76 estarem participando daquele momento. Então, resumidamente, em relação à Semana do Meio  
77 Ambiente, é isso. Nas últimas semanas também a Secretaria tem participado de diversos  
78 eventos com um olhar na questão das mudanças climáticas. O debate tem sido bastante  
79 constante em relação à temática, nós estamos desenvolvendo nosso Plano de Adaptação e  
80 Resiliência, nosso plano que está sendo trabalhado e conduzido pela CPLA, com o apoio da  
81 GIZ. É um processo que está aberto para contribuições. Nossa ideia é finalizar esse plano até  
82 o final do ano. Estamos desenvolvendo um curso EAD junto com o Ministério do Meio  
83 Ambiente, e GIZ também, em relação ao Programa Municípios Paulistas Resilientes, e a ideia  
84 é pegar tudo o que foi trabalhado lá atrás e replicar nesse curso EAD, possibilitando com que

85 todos os municípios brasileiros tenham a possibilidade de desenvolver seus Planos Municipais  
86 de Adaptação e Resiliência Climática. A perspectiva é de começar esse processo e finalizar até  
87 o final do ano para começar a disponibilizar o curso no início do ano que vem, essa é a  
88 expectativa. O conteúdo, o material, boa parte está pronta, mas a gente tem que trabalhar em  
89 uma linguagem que possa ser colocada numa plataforma EAD. Então assim, eu acho que a  
90 agenda tem sido bastante intensa nessa temática de adaptação e mudanças climáticas, e a  
91 Secretaria está à disposição para construir junto com vocês uma agenda forte, que eu tenho  
92 colocado o tempo todo, a agenda da restauração é a agenda que eu preciso do apoio de vocês,  
93 de todo o CONSEMA, daqueles que querem colaborar, não só nessa temática, mas, de mais  
94 temáticas em relação, porque eu enxergo uma grande oportunidade para o estado de São Paulo  
95 de realmente se tornar referência em relação a temática de restauração, pela expertise que tem,  
96 pela estrutura que tem. Nenhum estado tem a estrutura de viveiros como o estado de São Paulo  
97 tem, uma parte deles foi desativado por descontinuidade ou por uma falta de uma indução de  
98 uma política mais forte, então a gente precisa entender como é que a gente pode trabalhar para  
99 fortalecer essa agenda. Trazendo as principais notícias que foram divulgadas da Semana de  
100 Meio Ambiente, foi o que eu falei, a questão da participação no PET, conscientização,  
101 prevenção e preservação. O CECFau, no processo de conservação de fauna, também fez um  
102 evento. Fizemos também uma entrega de um consultório veterinário lá em Dois Córregos.  
103 Também estabelecemos, por meio de Decreto, um Fundo de Mudanças Climáticas, que foi  
104 denominado Fina Clima. O objetivo é buscar financiamento privado para esses projetos de  
105 adaptação e resiliência climática. Também o estado de São Paulo ajuizou diversas ações contra  
106 os maiores devedores ambientais de forma bastante tática para aqueles que cometem atos  
107 infracionais, entendo que o estado de São Paulo é contra e vai atuar de uma forma muito firme,  
108 por meio da sua Polícia Ambiental e pela Coordenadoria de Fiscalização para esse controle  
109 dessas atividades ilegais. Também conseguimos constituir, na verdade, estamos num processo  
110 de construção do Comitê Gestor e Conselho Estadual de Mudanças Climáticas. A Cetesb fez  
111 uma ação de fiscalização em 35 mil veículos, movidos a diesel, em relação à questão da fumaça  
112 preta. Foi lançada também uma plataforma de monitoramento da qualidade das águas, que já  
113 vinha sendo feita pela Cetesb, mas fortalecida por meio do Sistema Integrado de  
114 Monitoramento de Qualidade das Águas. O estado de São Paulo também lançou um programa  
115 direcionado à questão dos resíduos sólidos. Também, na Semana do Meio Ambiente, indicou  
116 investimentos para ampliação da revitalização de rios, por meio de desassoreamento e  
117 atividades correlatas. São Paulo também começou a fazer parte da rede ONU, voltada para  
118 soluções sustentáveis em água e energia. Ele assinou um protocolo, um acordo junto à ONU  
119 para viabilizar essa participação. O governo de São Paulo também entregou balsas  
120 modernizadas e investe nas travessias litorâneas. O Denis está aqui e pode explicar um  
121 pouquinho mais esse trabalho. Basicamente é isso. São Paulo também participou junto com o  
122 município de São Paulo do *ICLEI*, que foi um evento mundial do *ICLEI*, realizado aqui em São  
123 Paulo. Um evento bastante rico, com muita discussão e o tema principal, como não poderia ser  
124 diferente, foi mudanças climáticas, o foco desse evento, com muita discussão e muito  
125 aprofundamento em relação a essa temática. Então eu acho que a gente consegue trazer esse  
126 conhecimento para internalizar isso na Secretaria para trabalhar nas políticas públicas  
127 relacionadas.

128 **00:14:10 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhor secretário Jonas. Vamos passar agora às  
129 comunicações da Secretaria Executiva. Convido a todos os conselheiros e a toda a sociedade  
130 para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA, que se  
131 realizará no dia 2 de julho com o tema Audiência Pública do EIA/RIMA Loteamento  
132 Residencial Sete Lagos, na cidade de Itatiba, São Paulo. E no mês de julho, também no dia 11,  
133 a Audiência Pública do EIA/RIMA referente ao Contorno de São Pedro, na cidade de São  
134 Pedro. Passamos agora aos assuntos gerais e inclusões de urgência na ordem do dia, com tempo  
135 regulamentar de 30 minutos de fala, dividido entre os conselheiros para os assuntos de interesse  
136 geral. Peço ao bem da celeridade dos trabalhos e visando garantir a participação de todos os  
137 conselheiros, conforme dispõe o artigo 27, parágrafo 5º, solicito a observância do tempo de  
138 fala. Vamos passar aos inscritos. Com a palavra doutor Daniel.

139 **00:15:17 Daniel Smolentzov:** Bom dia a todos. Eu queria só registrar aqui, secretário Jonas,  
140 o senhor falou sobre a questão do programa de conscientização da população, sobre o risco do  
141 fogo e do Programa São Paulo Sem Fogo, e eu, justamente quando estava vindo aqui para o  
142 CONSEMA, pensando no que eu poderia falar, eu gostaria de destacar a campanha que o  
143 governo do estado de São Paulo tem feito a esse respeito. Escutei várias inserções no rádio de  
144 uma campanha sobre a conscientização do programa São Paulo Sem Fogo. Achei uma  
145 campanha muito apropriada, uma linguagem simples e de fácil compreensão, e eu acho que na  
146 linha que o senhor falou, de fortalecermos essa campanha, isso é sempre muito bem-vindo, mas  
147 já fiquei feliz de ver, acho que foi o primeiro ano que eu vejo uma campanha de massa a respeito  
148 do Programa São Paulo Sem Fogo. Então gostaria de registrar aqui a minha satisfação de ver  
149 essa campanha na imprensa, muito obrigado.

150 **00:16:40 Glória Roberta Paffi:** Obrigado, doutor Daniel. Próximo inscrito, senhor coronel  
151 Navarro.

152 **00:16:52 Coronel Leandro Navarro:** Bom dia a todos. Em nome do nosso subsecretário  
153 Jonas, cumprimento a todos os conselheiros e conselheiras aqui presentes, e no modo virtual  
154 também. Só para dar um cenário do que a gente produziu na Semana do Meio Ambiente, mas  
155 antes disso parabenizar, viu Jonas, a Secretaria do Meio Ambiente, toda a sua equipe, pelo  
156 grande trabalho que eu acompanhei, nós acompanhamos in loco de diversas ações, de maneira  
157 robusta, em diversas áreas e de maneira muito capilarizada em todo o estado de São Paulo.  
158 Meus parabéns a você e a toda a sua equipe pelo trabalho. E o policiamento ambiental  
159 contribuiu na Semana do Meio Ambiente também com uma intensa operação em todo o estado  
160 de São Paulo. Fiscalizamos cerca de 43 pátios madeireiros e apreendemos 2.221 m³ de madeira  
161 de origem irregular, ilegal. Foram 274 animais silvestres apreendidos com o apoio da  
162 inteligência, e ontem também nós tivemos uma ocorrência oriunda de Uberlândia, uma parceria  
163 entre o policiamento ambiental, a Polícia Rodoviária e a Polícia Militar de Minas Gerais, isso  
164 na data de ontem, foram 290 pássaros na cidade de Cravinhos, na rodovia Anhanguera, que  
165 foram interceptados e estavam vindo para São Paulo. Além disso, na Semana do Meio  
166 Ambiente, foram 145 ações de educação ambiental em todo o estado de São Paulo, nas escolas  
167 públicas, principalmente, totalizando 16.582 crianças que foram contempladas com alguma  
168 instrução, alguma orientação sobre preservação e educação ambiental. Nesse sentido também,  
169 nós tivemos uma grande operação com inteligência policial, mandados de busca que foram

170 expedidos em parceria com o MP, que tem uma grande colaboração nas nossas atuações, nós  
171 tivemos, de 10 a 20 de junho, uma grande operação na região noroeste do estado, que foram  
172 apreendidas 13 armas de fogo, armas de caça, além de petrechos, munições, carnes de animais  
173 silvestres, em Promissão, Lavínia, Valparaíso, Buritama. E isso se contempla também com uma  
174 outra ação que nós fizemos no mês passado lá em Timburi, que foram 16 armas de fogo  
175 apreendidas apenas em uma ação, 502 munições, sendo 105 deflagradas. Então é o  
176 policiamento ambiental em parceria com a Secretaria, atuando para preservar os nossos  
177 recursos, preservar a vida animal, preservar a nossa flora, a nossa fauna e ajudar a combater  
178 todo e qualquer tipo de ilícito relativo ao meio ambiente. Então, muito obrigado. Parabéns  
179 novamente e estamos vencendo esse jogo, graças a Deus.

180 **00:20:24 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, coronel Navarro, próximo inscrito...

181 **00:20:28 Jonatas S. da Trindade:** Deixa eu só falar rapidamente. Primeiro, até para a gente  
182 avaliar, foi pedido que se o expediente preliminar demorasse muito, a apresentação que estava  
183 programada para o desmatamento à Mata Atlântica pode ser prejudicada. Aí, eu pergunto se a  
184 gente poderia já, antes dessas falas, que a gente tem já programada, dentro da sequência, já  
185 fazer a apresentação para que a pessoa possa cumprir outros compromissos, se vocês enxergam  
186 algum problema. E também gostaria de colocar uma nota de pesar pelo falecimento da  
187 conselheira Verônica Sabatino, suplente no CONSEMA, representante da ANAMMA. O  
188 pessoal me avisou que ela faleceu e gostaria de fazer essa nota. E, como é que a gente fica? A  
189 gente antecipa e aí deixa as falas para depois, como é que vocês preferem? Pode ser?

190 **00:21:26 Beloyanis Monteiro:** Jonatas, obrigado. Eu acho importante a apresentação do Luís  
191 Fernando e ele está com uma agenda super corrida. Então eu falei pra ele: “Não sei se a gente  
192 vai conseguir hoje”. Mas se você conseguir antecipar, seria muito importante a apresentação  
193 dele.

194 **00:21:41 Jonatas S. da Trindade:** Então, eu pergunto se alguém tem algum ponto contrário a  
195 essa mudança? É uma mudança que eu acho que é factível, essa inversão, e aí a gente faz a  
196 apresentação do SOS tranquilamente, com tempo maior, e em seguida voltamos para as falas  
197 dos conselheiros, pode ser? Positivo, pessoal?

198 **00:22:01 Rosa Ramos:** Acho muito válida, por mim, tudo bem.

199 **00:22:04 Jonatas S. da Trindade:** Então está bom. Agradeço a compreensão de todos. Então  
200 vamos à apresentação da SOS.

201 **00:22:09 Rodrigo Levkovicz:** Chefe, posso também? Gente, eu gostaria de pedir a  
202 compreensão. Hoje a gente vai ter a apresentação do acordo no Quilombo da Fazenda e a  
203 comunidade está vindo lá de Picinguaba. Então também, se atrasar um pouquinho, eu gostaria  
204 que, se vocês pudessem permanecer, até pelo deslocamento da comunidade, em respeito ao  
205 trajeto, que são mais de 4 horas de viagem, obrigado.

206 **00:22:30 Daniel Smolentzov:** Secretário, também só um ponto, que o senhor colocou a  
207 questão da nota de pesar pelo falecimento da conselheira. Se nós pudermos votar para que o  
208 CONSEMA encaminhe formalmente essa nota de pesar, com votação, tenho certeza que será

209 por unanimidade, mas que eu acho que para a família é importante esse reconhecimento e essa  
210 formalidade aqui do CONSEMA.

211 **00:22:56 Jonatas S. da Trindade:** Vamos deliberar, pessoal, fazer uma moção, uma nota de  
212 pesar e de reconhecimento de todo trabalho e todo empenho. Podemos aprovar? Aprovado.  
213 Obrigado, Daniel.

214 **00:23:11 Glória Roberta Paffi:** Então vamos para a próxima apresentação, que seria a  
215 inversão de pauta. Agora, a apresentação do tema Desmatamento da Mata Atlântica em 2023,  
216 pelo diretor executivo da SOS Mata Atlântica, senhor Fernando.

217 **00:23:26 Luís Fernando Guedes (SOS Mata Atlântica):** Bom dia, muito obrigado pela  
218 oportunidade. Agradeço ao Beloyanes que fez todo esse meio de campo. Queria também  
219 reforçar a nossa dor, lamentar o falecimento da Verônica Sabatini, secretária de meio ambiente  
220 aqui de Itu, a nossa sede. Ela foi uma grande parceira, muito positiva, colaboramos muito e a  
221 gente realmente lamenta muito a sua partida precoce, de uma pessoa tão especial. Também  
222 sobre a fala do secretário Jonatas e a visita lá ao IPÊ, e a questão da restauração, conte conosco  
223 da SOS Mata Atlântica, a gente tem total interesse nessa pauta. Convido toda a Secretaria e  
224 todos os membros do CONSEMA aqui a vir nos visitar em Itu, é uma fazenda que tem um  
225 projeto de restauração de quase 400 hectares, está muito perto de São Paulo e a gente pode ter  
226 uma vivência bastante interessante também, onde está o nosso viveiro. Então o Beloyanes aí  
227 nesse meio de campo e a gente pode combinar essa visita aqui. Vou apresentar os números do  
228 desmatamento da Mata Atlântica de 2023, tanto do Brasil quanto do estado de São Paulo. Vai  
229 ser breve, vou só qualificar esses dados. Alguém estava projetando os dados para a plenária e  
230 eu estava vendo na minha tela, vocês só podem confirmar para mim, por favor, porque daí eu  
231 vou enxergar a apresentação. Obrigado. Então eu vou direto aos dados. Bom, então, o primeiro  
232 dado que eu vou apresentar é do Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, que é  
233 uma colaboração entre a SOS Mata Atlântica e o Inpe, histórico já, dados de uma série histórica  
234 desde 1985. E o Atlas, ele mapeia e detecta os fragmentos acima de 3 hectares, então ele mapeia  
235 fragmentos acima de 3 hectares e também detecta desmatamentos acima de 3 hectares. Essa é  
236 a série histórica que a gente está vendo do desmatamento, na Mata Atlântica no Brasil, que teve  
237 uma queda muito grande dos anos 2000 em frente, a gente atribui isso ao processo de discussão  
238 da Lei da Mata Atlântica e a sua publicação em 2006, e daí, em 2021 e 2022 a gente teve uma  
239 alta, ultrapassando os 20 mil hectares. Em 2023 tivemos a boa notícia que houve uma queda,  
240 chegando aos 14 mil hectares no ano de 2023. Então aí os números agregados do desmatamento  
241 de 2023, o Atlas observa, de outubro do ano, a setembro do ano seguinte. No Brasil, até 2022,  
242 foram 20 mil hectares de desmatamento, de fragmentos de florestas maduras, acima de 3  
243 hectares. Em 2023, 14.697, portanto, uma redução importante, ainda temos desmatamento na  
244 Mata Atlântica, a gente gostaria de apresentar o número 0, mas ainda existe. E em São Paulo  
245 houve também uma diminuição importante, de 137 hectares para 68 hectares, e a gente precisa  
246 recordar que em 2023 a gente tem os dados dos deslizamentos de terra em São Sebastião, então,  
247 dentro desses 68 hectares também está a área que a gente perdeu por um desastre natural, não  
248 por um desmatamento entrópico no início de 2023. Vamos em frente que agora eu vou falar  
249 sobre os dados do SAD Mata Atlântica. Então a gente tem agora um outro sistema de detecção  
250 de desmatamento complementar ao Atlas, que é o Sistema de Alertas de Desmatamento, que é

251 uma colaboração entre a SOS Mata Atlântica e o Map Biomas, onde a gente tem um  
252 mapeamento muito mais detalhado. A gente mapeia fragmentos acima de 0,5 hectares. Nós  
253 passamos a mapear áreas em regeneração também, e ele detecta desmatamento acima de 0,3  
254 hectares, não é nem 0,5 hectares, é 1/3 de hectare, tanto de áreas de florestas maduras, quanto  
255 de áreas em regeneração. Então ele tem uma lente muito mais potente, tanto pra enxergar muito  
256 mais floresta quanto para enxergar muito mais desmatamento. Enquanto o Atlas enxerga e  
257 mapeia que nós temos 12,4% da cobertura florestal na Mata Atlântica, o Map Biomas enxerga  
258 24% de cobertura florestal na Mata Atlântica, enxerga o dobro de cobertura florestal, mas  
259 também detecta muito mais desmatamento. Então, em 2023, lembrem lá que o Atlas detectou  
260 14 mil hectares de desmatamento, e o SAD detectou 81 mil hectares de desmatamento com  
261 mais de 7.200 alertas de desmatamento detectados no ano, com uma área média dos  
262 desmatamentos de 11,2 hectares. A gente vai qualificar um pouco isso, de maneira geral tanto  
263 o Atlas quanto o Map Biomas apontam que teve uma redução do desmatamento na região  
264 contínua do Bioma Mata Atlântica, nos limites do mapa de biomas do IBGE, que vai do Rio  
265 Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, mas houve um aumento substantivo do desmatamento  
266 nas áreas de transição e nos encaves da Mata Atlântica, no Cerrado, na caatinga e no pantanal,  
267 principalmente nos estados da Bahia, do Piauí, do Mato Grosso do Sul. Mas vamos dar um  
268 zoom em São Paulo. Então aí nós temos o ranking de desmatamento por estado, São Paulo é o  
269 último estado lá em baixo. Então, Bahia tem um grande, portanto a barra vermelha é 2023, a  
270 barra mais laranja amarelada é 2022. Então, a gente vê esse aumento do desmatamento no  
271 Piauí, na Bahia e no Mato Grosso do Sul, e a maior parte dos estados diminuiu. Em São Paulo  
272 houve essa diminuição e tem uma participação bastante pequena no desmatamento da Mata  
273 Atlântica como um todo, claro, um estado que já desmatou muito, então sobrou muito pouco  
274 de Mata Atlântica, e a gente tem um desmatamento relativamente pequeno, mas ainda persiste.  
275 Vamos detalhar um pouco mais para fechar a apresentação, a gente agora vai qualificar esse  
276 desmatamento detalhado no próximo slide. Então, no estado de São Paulo, 2023, 2022. Então,  
277 em 2023, houve uma redução do número de alertas em relação a 2022, de 345 para 147. A área  
278 desmatada diminuiu de 536 para 233. De novo, notem que o SAD enxerga muito mais  
279 desmatamento do que o Atlas, por pegar essas pequenas áreas e áreas em regeneração, e a área  
280 média do desmatamento continua em 1,6 hectares. Aí a gente vê a distribuição do  
281 desmatamento por tamanho de área desmatada. De novo, em vermelho é a barra de 2023, em  
282 22 é a barra mais alaranjada. A gente vê que a gente tem em cima, é a área desmatada e em  
283 baixo há um número de alertas, então a gente tem muitos alertas de pequenas áreas desmatadas,  
284 menores que 1 hectares, em número, então a gente tem a maior parte dos alertas menores do  
285 que 3 hectares, mas em área a gente tem desmatamento, a gente detectou que tem, inclusive,  
286 áreas de deslizamentos maiores do que 50 hectares, então é para a gente entender esse padrão,  
287 o padrão é que o estado de São Paulo tem desmatamentos cada vez menores, áreas cada vez  
288 menores desmatadas, isso dificulta a detecção, dificulta a fiscalização... — (áudio falhou  
289 00:31:18) espalhados que estão contribuindo para o desmatamento do estado. E agora são só  
290 mais dois slides para qualificar isso um pouco melhor. A causa, o que acontece após o  
291 desmatamento, 2022 a barra de cima, de 2023 a debaixo, a maior parte do desmatamento, que  
292 é a cor vermelha, é para a agricultura, agropecuária, então a gente ainda está a maior parte do  
293 desmatamento para a questão das agriculturas, em áreas, mas a gente também tem uma

294 participação importante da expansão urbana, então, uma parte importante, 34 hectares do  
295 desmatamento de 2023 foram em área de expansão urbana, muitas em áreas, inclusive de  
296 mananciais, de altíssimo risco, acho que a gente chama a atenção disso. E em 2023 tivemos a  
297 questão da causa natural, que é essa barrinha verde, principalmente lá em São Sebastião. E por  
298 último, onde é que isso está? Quem puder entrar na plataforma do MAP Biomas Alerta, vai  
299 poder ver cada um dos alertas e o laudo de cada um desses alertas, mas o próximo slide, que é  
300 o último, ele vai falar a localização dessas áreas de desmatamento, maior parte em 2023, São  
301 Sebastião, principalmente em função dos deslizamentos de terra, em função das fortes chuvas,  
302 também existem alguns desmatamentos no litoral norte por especulação imobiliária e expansão  
303 urbana, e depois algumas áreas localizadas no interior, como Araraquara, Piracicaba, Leme, e  
304 muito foco em volta da região metropolitana de São Paulo, Cotia, Franco da Rocha, em Embu  
305 das Artes, que daí são essas pequenas áreas, mas extremamente, muito, extremamente  
306 importantes. Então esses são os dados, e o último slide traz agora uma atualização do Painel  
307 Verde de São Paulo, a gente tem o privilégio de ter essa informação disponibilizada pela  
308 SEMIL para a nossa sociedade, e o que eu queria chamar a atenção é lá na parte alta da direita,  
309 aquele círculo, esse é um dado dessa semana, do Painel, não é um dado de um ano, mas ali a  
310 gente tem que 91% do que a gente está perdendo é intervenção irregular, não é supressão  
311 autorizada, a supressão autorizada é somente 8,6%. Então, aí a gente tem um ponto de atenção  
312 muito grande, primeiro a entender essas áreas autorizadas, como que é feita, ter a segurança  
313 que temos aí o cumprimento da Lei da Mata Atlântica, onde a supressão só ocorre em situações  
314 realmente de interesse público e de interesse social e utilidade pública, de áreas de  
315 remanescentes em estados avançados de sucessão, e temos uma questão de ainda ter muita a  
316 proporção, não em quantidade, mas a proporção do desmatamento ilegal ainda ser muito  
317 grande. Então, de maneira geral, o que a gente observa é uma diminuição do desmatamento no  
318 estado, uma proporção pequena em relação ao desmatamento geral da Mata Atlântica, porém  
319 persiste, a SOS Mata Atlântica persegue o 0, a gente, cada pedaço de Mata Atlântica é muito  
320 importante, principalmente no estado de São Paulo, e em algumas regiões muito críticas, como  
321 no litoral e nas regiões metropolitanas, onde a questão dos serviços ecossistêmicos e da água é  
322 muito crítico, então eu agradeço essa flexibilidade da inversão da pauta, de poder encaixar essa  
323 agenda. Fico muito satisfeito por isso, agradeço novamente ao Beloyanis por construir esse  
324 espaço, e pelo CONSEMA poder receber essa nossa apresentação. Muito obrigado.

325 **00:34:06 Jonatas S. da Trindade:** Obrigado, Luís Fernando. Não sei se alguém gostaria de  
326 falar alguma coisa em relação à apresentação. Acho que é importante elogiar o esforço, acho  
327 que de todos, realmente no combate a esse desmatamento que, realmente, a Mata Atlântica, a  
328 gente tem que restaurar, recuperar essa Mata Atlântica que é maravilhosa e que tem uma  
329 biodiversidade fabulosa, então a gente tem que buscar meios de aprimorar cada vez mais esse  
330 processo buscando esse desmatamento ilegal zero. É um desafio muito grande, considerando o  
331 tamanho das áreas, difícil até de identificar áreas tão pequenas com intervenções pontuais, mas  
332 esse esforço tem que ser continuado e fortalecido, porque realmente não dá para compactuar  
333 com esse tipo de desmatamento ilegal. Frigério, gostaria de falar rapidamente?

334 **00:36:00 Rafael Frigério:** Só uma fala rápida, já entendendo aqui que temos muitas pautas,  
335 nesse adiantamento aqui dessa apresentação, nas palavras do subsecretário Jonatas, também

336 gostaria de parabenizar todo o trabalho histórico desenvolvido pelo SOS Mata Atlântica,  
337 fundamental para que a gente estabeleça essas bases, estabeleça não, para que a gente tenha  
338 estabelecido essas bases da necessidade da proteção desse bioma tão importante no Brasil e tão  
339 importante no estado de São Paulo, e também informar, não vou me alongar aqui, só um  
340 apontamento simples e, se for o caso, posteriormente a gente pode até desdobrar, trazer um  
341 debate mais aprofundado aqui em plenário do CONSEMA, mas sinalizar que desse material  
342 bruto, que é estabelecido especialmente pelo SAD Mata Atlântica, que consumimos hoje  
343 diretamente, por meio da plataforma Map Biomas, com a geração de alertas, a SEMIL, na linha  
344 do que eu trouxe quando falei das intervenções irregulares, acho que há duas reuniões passadas,  
345 nós fazemos todo um trabalho de auditoria desses alertas, justamente para que a gente possa  
346 elencar aqueles que são elegíveis para que sejam colocadas no fluxo da fiscalização. Então  
347 existe todo um trabalho, como eu falei, de auditoria, de refinamento, de comparativo de  
348 imagens, de validação desses alertas, a gente acaba desconsiderando uma boa parcela desses  
349 alertas pelo fato do cruzamento com áreas licenciadas, áreas já autuadas, hoje a gente tem uma  
350 vantagem em relação aos anteriores, que nós tínhamos que esperar o lançamento do relatório  
351 para aí sim ter acesso aos registros e poder fazer uma validação e ver o que nós já tínhamos  
352 identificados, detectado por outros meios, e já tomado providências, mas geralmente tinha um  
353 grupo bastante importante de áreas ainda a fiscalizar. Mais recentemente, essas informações  
354 ficam disponíveis, nós consumimos por meio de um *plug in* já automaticamente quando esses  
355 alertas estão estabelecidos, e por isso a gente consegue ter um bom percentual já neste momento  
356 em que é feito o lançamento, no Dia da Mata Atlântica, quando participamos, inclusive,  
357 representando o estado de São Paulo no evento realizado pelo SOS Mata Atlântica, a gente já  
358 tem um bom grupo de áreas já autuadas pela Polícia Militar, justamente pelo consumo anterior  
359 e o fluxo automatizado de denúncia, uma vez feito essa auditoria, nós colocamos no nosso  
360 sistema, no SIGAM, e essa informação já vai automaticamente para a Polícia Militar  
361 Ambiental, para a unidade que deve, em campo, fazer essa validação. Então, desse material  
362 bruto, a gente descarta aquilo que não é elegível pelo cruzamento de áreas licenciadas,  
363 autuadas, algumas situações em que, já pelo comparativo demais, a gente entende que é  
364 improcedente o alerta, mas de tudo aquilo que vai a campo, que foram 49% dos registros do  
365 SAD Mata Atlântica, nós temos então um novo cruzamento para entender quais já foram  
366 autuados, eventualmente aqueles em campo que são julgados pela Polícia Militar Ambiental  
367 como improcedentes, e às vezes um novo cruzamento de licenciamento em campo, numa  
368 identificação de licenciamento em campo que não foi possível observar nos cruzamentos entre  
369 as bases de dados. Em algumas situações não existe autuação, também por questões observadas  
370 pela Polícia Militar em campo, então é importante sempre fazer esse registro de qual é o fluxo  
371 e como a gente se utiliza hoje dessa base de dados tão importante que vem via SOS Mata  
372 Atlântica, mas também nesse arranjo com o Map Biomas. Então, gostaria só de fazer esse  
373 apontamento, e depois também podemos explorar um pouco essas referências do Painel Verde,  
374 mas aqui esse gráfico apontado pelo Luís Fernando, ele justamente coloca no mesmo pacote o  
375 total, o montante de supressão autorizada, que são 3.760,34 hectares, e aquilo que são as  
376 intervenções irregulares, por destruir e danificar. Então não é uma relação com base, aqui não  
377 é um apontamento com base nesse material bruto, mas sim, objetivamente, com uma outra  
378 frente de dados, que é da autorização para supressão de vegetação feita pela Cetesb, a gente

379 coloca no mesmo pacote para mostrar que justamente tem um cenário mais reduzido de  
380 supressão autorizada em relação a toda essa dinâmica que nós temos que ter um enfrentamento  
381 no território do desmatamento, seja por destruir, por danificar. Importante nos dados que o Luís  
382 Fernando colocou, a gente tem ali os municípios que precisamos ter bastante atenção e reforçar  
383 o nosso trabalho de proteção, mas é importante aqui a gente sinalizar toda a pressão que a gente  
384 tem nos mananciais e não à toa a gente tem alguns municípios ali da região metropolitana  
385 figurando nesse top 10, aí nesse ranking entre os 10 municípios que têm maior pressão no  
386 Estado de São Paulo. Obrigado.

387 **00:40:42 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Rafael Frigério. Vamos passar ao próximo que quer  
388 fazer as condenações, senhor Alexandre Perinotto.

389 **00:40:52 Alexandre Perinotto (UNESP):** Bom dia a todas as pessoas participantes dessa  
390 reunião. Agradeço muito a apresentação do Luís Fernando, bastante rica, sucinta, objetiva e  
391 com dados bastante importantes para a gente aqui do CONSEMA, fico feliz com a redução do  
392 desmatamento, mas aproveito e já engato um comentário que vai também falar do São Paulo  
393 Sem Fogo. Eu viajo semanalmente no trecho São Paulo - Rio Claro, e vice e versa, e estou  
394 percebendo, além do incêndio, um perigo muito grande nas rodovias, porque aumentou muito  
395 o foco de incêndio ao longo das rodovias. Então, eu não sei a quem apelar, digamos assim, mas  
396 eu acho que precisaríamos ter mais eficiência e eficácia em relação a esses focos de incêndio  
397 nas rodovias com punição, ainda mais agora nesse mês de junho, que aqui no interior tem muita  
398 a questão dessa tradição de balões, etc, então aqui na nossa Floresta Estadual Edmundo Navarro  
399 de Andrade, recentemente tivemos um grande foco aqui, e eu acho que as pessoas só vão  
400 entender com punição mais rígida. Eu gostaria também de cumprimentar a SEMIL, através do  
401 secretário Jonatas, pelas atividades muito positivas da Semana do Meio Ambiente, envolvendo  
402 a comunidade com atividades diversas, e cumprimentar a Rosa, minha querida Rosa, da OAB,  
403 pelo café que ela realizou na OAB, bastante produtivo, nós estivemos lá presente, sobre  
404 mudanças climáticas. São reuniões como essa que congregam, que foi muito interessante, eu  
405 acho que tem que se repetir os cafés em outros momentos ao longo do ano com outros  
406 participantes também. E quero fazer uma solicitação aqui ao subsecretário Jonatas e,  
407 aproveitando uma fala dele, e dizer que São Paulo pode ser referência em vários aspectos para  
408 o Brasil, e o CONSEMA, altamente qualificado como esse nosso já é uma referência, mas eu  
409 solicito, secretário Jonatas, a oportunidade de uma reunião com a SEMIL, na casa civil,  
410 envolvendo outras secretarias que você julgar pertinentes, para que possa haver esclarecimento  
411 e avançar aquela proposta de um Projeto de Lei que pode transformar São Paulo, de fato, numa  
412 referência nessa área, um Projeto de Lei sobre geodiversidade. Então, nós temos trabalhado  
413 muito com a biodiversidade ao longo dos anos, isso é muito bom, mas a geodiversidade ainda  
414 é relegada, e nós apresentamos um Projeto de Lei, uma proposta de Projeto de Lei, que vai  
415 tornar São Paulo pioneiro e uma referência, não só no Brasil, mas em toda a América Latina,  
416 desse Projeto de Lei sobre geodiversidade e geoturismo, geoparques e eu me proponho,  
417 secretário, a estar presente para todos os esclarecimentos necessários, uma vez que participei  
418 da elaboração e do encaminhamento desse projeto. Agradeço muito a atenção, desejo um bom  
419 dia para todos.

420 **00:44:16 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Alexandre Perinotto. Próxima inscrita,  
421 Gilda Nunes.

422 **00:44:22 Gilda Nunes:** Um bom dia a todos e todas. Gostaria inicialmente de falar sobre a  
423 questão dos incêndios, principalmente os incêndios provocados, a gente sabe que muitas vezes  
424 são criminosos. E falar que no dia 15/06 houve um incêndio aqui, atingindo o Parque Estadual  
425 de Ilhabela, é uma área que começa num Sapezal, mas depois entra dentro da mata, objetivo  
426 claramente de que é... (00:44:55 áudio falhou) em área de risco. E falar que Ilhabela, como foi  
427 apresentado pela SOS Mata Atlântica, está em 5º lugar, o que é um absurdo, porque é em  
428 desmatamento ilegal. Ilhabela é um ambiente ilhéu, é uma Mata Atlântica que só existe aqui.  
429 A gente tem animais endêmicos, enfim, é uma questão que eu já venho colocando já faz tempo  
430 aqui. Muitas vezes, inclusive o próprio VRA, que precisa ser aprimorado, é utilizado para o  
431 desmatamento, desmatamento, inclusive, em área pública ou até em área mesmo de parque,  
432 porque não existe uma verificação de documentação, a pessoa simplesmente entra lá e é  
433 autodeclaratório, então eu gostaria aqui de solicitar um empenho para que a gente tire Ilhabela  
434 dessa colocação de 5º lugar, que acho que quem conhece sabe o que é a Ilhabela e qual a  
435 importância, e falar que se a gente não tiver recuperação dessas áreas, dessas áreas do entorno  
436 do parque, áreas que começam em Sapezal, mas que entra dentro do parque, a gente vai ter  
437 constantemente esses incêndios acontecendo. E também para que tenha uma investigação, para  
438 que se identifique os responsáveis, porque as ocupações desordenadas já estão muito próximas  
439 dessas áreas, então não é difícil chegar ao nome das pessoas que estão fazendo isso. Inclusive,  
440 acho que já até tem em B.O.s que foram feitos, realizados o ano passado. Então, o que eu venho  
441 pedir é que haja uma recuperação da área, que é fundamental. Não adianta só ter uma  
442 conscientização ali, porque as pessoas estão ali para ocupar mesmo, elas sabem do risco que  
443 elas estão correndo, elas sabem de tudo isso, mas elas continuam incendiando. Já foram feitos  
444 diversos trabalhos de educação ambiental pela Fundação Florestal ali, então, precisa realmente  
445 identificar os responsáveis, e também a questão dos VRAS, porque se não aprimorar o VRA,  
446 não adianta depois cancelar vários VRAS por minha denúncia, foram cancelados porque foram  
447 utilizados irregularmente, mas as áreas foram desmatadas, já foram desmatadas e estão  
448 desmatadas. Então eu gostaria de que tivesse um olhar para a nossa região, eu acredito que o  
449 Ubatuba também, apesar de não ter aparecido como as primeiras, e Caraguatatuba deve estar  
450 em uma colocação também com bastante desmatamento, então essa faixa litorânea está sendo  
451 muito prejudicada, seja por questões de licenciamento, de VRA, ou por questões de ocupações  
452 mesmo em áreas de risco.

453 **00:47:56 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheira Gilda Nunes. Vamos passar para o  
454 próximo inscrito, senhor Eduardo Leduc.

455 **00:48:00 Roberto Resende:** Por favor, é só uma questão de ordem. A gente voltou para a pauta  
456 dos assuntos gerais ou está respondendo a fala da pauta um só?

457 **00:48:08 Glória Roberta Paffi:** A fala da apresentação.

458 **00:48:16 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Eu acredito que o meu assunto se refere a isso  
459 também, e também é o mesmo que eu colocaria na pauta geral. Bom, em primeiro lugar  
460 parabenizar o Luís Fernando e todo o time da SOS Mata Atlântica pela qualidade, pela

461 celeridade, cada vez olhando fragmentos menores, e esse senso de realidade, senso de urgência  
462 que é apresentado é fundamental. Gostaria de ressaltar o que a Gilda falou, que no litoral os  
463 fragmentos são realmente muito pequenos, às vezes menores do que 0,3 hectares. Eles vão  
464 justamente em matas ciliares, beiras de córregos pequenos, rios, onde a gente, quando vê, você  
465 tem uma casa, duas casas, três casas e é difícil você identificar fragmentos pelas imagens atuais  
466 que a gente tem, e são áreas que com certeza vão trazer prejuízos sociais enormes, prejuízos  
467 ambientais e prejuízos econômicos, uma vez que estas áreas se transformam em áreas de risco,  
468 poluição da praia, bandeira vermelha, problemas de saúde, tudo o que a gente tem. Então, tudo  
469 que a gente puder fazer para parar essas ocupações irregulares nestas áreas de Mata Atlântica  
470 próximas aos mananciais, beiras de rios, seria fundamental em todo o litoral. E o segundo tema,  
471 também ligado a isso, é que foi assinado um convênio, um acordo entre o estado e as prefeituras  
472 do litoral para o uso de ferramentas mais modernas para monitoramento de satélite. Eu tenho  
473 conversado isso também com o Rafael Frigério sobre esse tema e a necessidade de capacitação  
474 e entendimento, por quê? Existe uma falta de entendimento desse convênio, desse acordo  
475 assinado recentemente. As prefeituras, algumas nos falam, não, isso não vai ajudar áreas de  
476 risco, não, isso não vai ajudar vocês que querem proteger a Mata Atlântica, isso não vai ajudar  
477 porque é só urbana, fala que essa área é só urbana, sendo que o convênio a notícia diz que é  
478 para áreas de risco, só que as prefeituras, muitas vezes, falam áreas de riscos que estão em Z1,  
479 Z2 e Z3, a gente não olha, a gente só fica na área urbana mesmo, ou seja, não existe a forma de  
480 trabalhar conjuntamente, a Polícia Ambiental tem feito um trabalho espetacular na área que eu  
481 atuo mais próximo a eles, vão, olham, fazem as autuações, porém a coisa não para, é limitado  
482 o poder deles, chega a um ponto que eles não conseguem avançar. Então o que eu gostaria de  
483 pedir formalmente aqui, é que se traga a este grupo mais detalhes sobre o uso dessa ferramenta,  
484 o que a gente pode fazer em conjunto, como sociedade civil, para que essa ferramenta seja  
485 realmente um instrumento de coibir essas ocupações, e a outra coisa que eu gostaria de pedir é  
486 que trouxéssemos a essa plenária um tema sobre os embargos, um grande tema que nessas áreas  
487 que a Gilda falou, que eu estou acompanhando, os embargos não são cumpridos, e não são  
488 pagas as multas também. Aí o negócio passa por uma esfera, talvez estadual, federal, além do  
489 município, os embargos não são cumpridos, não são pagos e as multas não são pagas, e a coisa  
490 continua sem nenhum controle, e a única forma seria trazer para esse fórum como alterar, não  
491 sei se isso é uma legislação que precisa ser alterada, como a gente alterar a impunidade com  
492 relação aos embargos. Seriam esses dois itens que eu gostaria de solicitar aos senhores.

493 **00:52:03 Glória Roberta Paffi:** Obrigada conselheiro Eduardo Leduc. Próximo inscrito,  
494 Fernando Prioste.

495 **00:52:08 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. É para parabenizar também o SOS Mata  
496 Atlântica pela apresentação e, sobretudo, pelo histórico que tem de contribuição e atuação  
497 decisiva no tema, a SOS, que a gente considera uma organização irmã do Instituto  
498 Socioambiental, que surgiu no mesmo contexto, com pessoas com muitas relações. E para ser  
499 bem breve, eu acredito que um dos pontos que talvez precise avançar, assim como avançou, e  
500 a gente viu aqui com dados e informações, monitoramento do desmatamento, seja ele lícito ou  
501 ilícito, eu acho que uma preocupação também deveria ser o monitoramento da recomposição  
502 ambiental, principalmente aquela que deriva da Mata Atlântica, da Lei da Mata Atlântica,

503 porque se avançou muito, e é necessário avançar na questão do desmatamento ilegal, e  
504 inclusive no monitoramento do desmatamento legal, mas acho que esse ponto ainda é um ponto  
505 que merece uma atenção e merece um destaque no sentido do monitoramento, talvez também  
506 via satélite, com metodologias semelhantes, porque eu vejo que talvez esse seja um desafio  
507 possível de enfrentar, do ponto de vista tecnológico, e também do ponto de vista da política de  
508 conservação ambiental muito importante, na linha do que o subsecretário Jonatas já disse,  
509 muito obrigado.

510 **00:53:22 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Fernando Prioste. Vou passar ao  
511 próximo inscrito, Rodrigo. Só uma questão, Roberto Resende, só quis saber sobre a questão de  
512 ordem, ou está inscrito para essa manifestação? Então é você, por favor.

513 **00:53:39 Roberto Resende:** É rápido, aqui nessa discussão também parabenizar o trabalho do  
514 Luís, da SOS, e essa interação com o trabalho aqui do poder público, que o Rogério falou, e só  
515 reforçar, acho que pontos que já foram levantados aqui por outros conselheiros, a questão da  
516 gente inserir como é que está a inserção tanto do Via Rápida, quanto do licenciamento  
517 municipalizado, do Painel Verde e todos esses sistemas para a gente distinguir cada vez melhor  
518 o desmatamento legalizado do 'não', a questão do monitoramento, que o Fernando falou  
519 também, da restauração, e aí essa preocupação com essas duas dimensões, tanto do  
520 licenciamento da Via Rápida, quanto o que está sendo preparado para inserir os licenciamentos  
521 municipalizados nesses sistemas de informação e transparência. Obrigado.

522 **00:54:36 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro. Passo a fala do doutor Daniel para  
523 prestar o esclarecimento, por gentileza.

524 **00:54:41 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Roberta. Só para um esclarecimento em relação à  
525 fala do conselheiro Eduardo Leduc, os dois pontos colocados, muito bem colocados,  
526 conselheiro, que é a questão do embargo administrativo, descumprimento do embargo  
527 administrativo, e a questão da cobrança das multas ambientais. Então, primeiro a questão dos  
528 embargos administrativos, quando não são cumpridos, nós podemos ir ao poder judiciário para  
529 conseguir uma força judicial para cumprimento desse embargo administrativo, e aí nós temos,  
530 né, Rafael, uma dinâmica de trabalho conjunto entre a Coordenadoria de Fiscalização e  
531 Biodiversidade e a Procuradoria Geral do Estado, então, acho que esse tema pode ser levado a  
532 essas reuniões periódicas que nós estamos fazendo, entre as duas instituições, e para melhorar  
533 esse fluxo do descumprimento do embargo administrativo, para que isso seja rapidamente  
534 encaminhado à Procuradoria Geral do Estado, para que nós possamos tomar as medidas  
535 judiciais cabíveis para que o embargo administrativo seja, de fato, cumprido, essa é uma  
536 questão. A segunda questão das multas ambientais, então nós temos também o sistema de  
537 cobrança das multas ambientais, ele é feito pela Procuradoria Geral do Estado, pela nossa área  
538 do contencioso tributário fiscal, via poder judiciário, a cobrança não é só administrativa, nós  
539 temos também instrumentos administrativos de cobrança da dívida ativa, mas também por meio  
540 do poder judiciário. E aí, eu acho que é outra questão, Rafael, que nós podemos fazer um  
541 levantamento de cobrança dessas multas, como é que está isso, e se há alguma etapa que nós  
542 possamos melhorar nesse fluxo para que haja efetiva cobrança das multas e o efetivo  
543 pagamento, que é o nosso objetivo. Mas só, conselheiro, para deixar aqui registrado, às vezes

544 a questão da cobrança da multa é um pouco mais morosa, porque, como falei, envolve o poder  
545 judiciário, mas isso não significa que as multas não estejam sendo pagas. Talvez não na  
546 velocidade que nós gostaríamos, mas eu não tenho dado aqui na mão, posso até levantar, mas  
547 eu tenho a impressão que a cobrança da dívida ativa tem tido um êxito considerável. Então  
548 deixar esses dois esclarecimentos, o Rafael vai me complementar aqui, muito obrigado.

549 **00:57:23 Rafael Frigério:** Só um parênteses, lembrando que quando há descumprimento de  
550 embargo, a Polícia Militar Ambiental, quando ciente, também lavra uma nova multa por  
551 descumprimento de embargo e, logicamente, podemos direcionar para execução... Para que a  
552 gente tenha medidas mais efetivas posteriormente.

553 **00:57:38 Daniel Smolentzov:** Isso, bem lembrado. Então, acho que são dois caminhos que  
554 andam em paralelo, e que para trazer essa efetividade, que é o que nós todos queremos, que o  
555 embargo seja de fato cumprido. Então uma nova autuação por um descumprimento, então na  
556 esfera da responsabilidade administrativa e a forçar o particular a cumprir o embargo  
557 administrativo pela única forma que nós temos, que é pelo poder judiciário, então os dois  
558 caminhos que se completam e que devem andar em paralelo e com a velocidade que nós  
559 gostaríamos e queremos, com a velocidade que nós queremos, melhor dizendo, para que isso  
560 traga a efetividade e essa visibilidade que a sociedade tem posto aqui para nós, através do  
561 conselheiro Eduardo Leduc. Muito obrigado.

562 **00:58:36 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutor Daniel, pelos esclarecimentos. Passo  
563 também agora a palavra para o Rodrigo.

564 **00:58:40 Beloyanis Monteiro:** Roberta, bem rapidinho antes da fala, desculpa Rodrigo, bem  
565 rápido. O Luís Fernando teve que sair, agradeceu o espaço. A reunião dele vai começar agora  
566 e ele não pôde ficar mais tempo, mas se for o caso, depois a gente pode até agendar um encontro  
567 para a gente discutir mais, porque acho que é um tema importante e foi muito rápido, acho que  
568 tem muita gente para estar falando, a gente pode pensar num, já tinha falado com o Jonatas, da  
569 gente fazer isso e tal, acho que é..

570 **00:59:07 Jonatas S. da Trindade:** Vamos fazer isso e agradeça a ele por nós, nós estamos à  
571 disposição. Vamos marcar essa visita lá em Itu, vamos fazer isso.

572 **00:59:16 Rodrigo Levkovicz:** Só complementando, quando se tratar de Unidade de  
573 Conservação, ou outra área protegida, a gente tem entendimento consolidado na Procuradoria  
574 da autotutela administrativa, que também autoriza a desconstrução da edificação não concluída  
575 ou ainda que concluída, após os embargos administrativos, e com o entendimento também,  
576 referendado pela presidência do Tribunal de Justiça, é algo também importante que os  
577 conselheiros saibam, é possível, sim, a demolição administrativa de edificações não concluídas,  
578 ou ainda que concluídas, embargadas antes da sua conclusão, e obviamente, não deixando  
579 consolidar a questão da moradia, então há entendimento disso já no estado de São Paulo, isso  
580 é ruim, mas é necessário em algumas situações, porque se não a gente sabe que as casas vão  
581 aparecendo e nem sempre a resposta judicial é no tempo devido, enfim, é o entendimento  
582 consolidado na casa, um instrumento não é o ideal, porque sempre estamos tratando de vidas,  
583 mas também é um instrumento necessário para evitar ocupações irregulares.

584 **01:00:29 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Rodrigo. Retomando aos assuntos gerais, passo ao  
585 próximo inscrito, na sequência, que já estava, senhor Rogério Menezes.

586 **01:00:42 Rogério Menezes:** Muito bom dia a todos e a todas. Pedir licença para cumprimentar  
587 a todos os senhores conselheiros aqui presentes na pessoa do secretário Jonatas. E normalmente  
588 eu tenho feito as minhas participações aqui, no momento inicial eu sempre cumprimento os  
589 conselheiros através das mulheres, e hoje o nosso foco é da mulher que nós perdemos, então,  
590 conselheira Verônica, nossa suplente pela ANAMMA, nos deixou no último sábado. Uma  
591 secretária de meio ambiente e recursos hídricos de Itu muito atuante, que sempre participava  
592 nos orientando aqui nos assuntos do CONSEMA, diretamente, mesmo nessa fase em que a  
593 doença avançou e que ela não estava podendo presencialmente aqui, sempre interagindo com  
594 a gente. Recentemente, muito animada com as perspectivas de vencer a doença. Ela que nos  
595 deixou com a minha idade, jovem, me considero jovem como ela, e a gente sente muito quando  
596 isso acontece, que a gente vê pessoas tão valorosas e que nos deixam de forma muito  
597 antecipada. Então eu queria agradecer bastante ao CONSEMA, aos senhores conselheiros, pela  
598 menção do secretário, pelo doutor Daniel também, que reiterou a necessidade de fazer isso  
599 formalmente, que com certeza a gente se solidariza aqui publicamente com os familiares, com  
600 os amigos e lembra que a Verônica Sabatino foi eleita pelas mulheres gestoras ambientais do  
601 estado de São Paulo, então ela foi uma indicação da ANAMMA mulheres, que é um movimento  
602 hoje, que nasceu no estado de São Paulo e que hoje ganhou o Brasil, em vários estados da  
603 federação, as mulheres se organizando, gestoras no exercício de cargos de gestores municipais  
604 de meio ambiente, que ela era uma das iniciadoras e entusiasta desse movimento. Então a gente  
605 fica muito triste, e, para além disso, queria dizer que nós temos amanhã em Campinas uma  
606 atividade importante, e que tem a ver com um assunto que foi trazido pelo secretário no início  
607 da nossa reunião, que é a decretação pelo prefeito Dário Saadi, do Plano Local de Ação  
608 Climática. Campinas atualizou por vários anos seu inventário, que era 2018/19, agora nós  
609 temos aí 20, 21 e 22, e amanhã um lançamento de um decreto, de um processo de um ano e  
610 meio, contou com apoio do WRI, e de muitos parceiros, da Unicamp, principalmente, e que  
611 contém 96 ações com o cronograma que vai se iniciar no dia de aniversário da cidade de 250  
612 anos, que é agora 14 de julho, Campinas completa 250 anos, e vai até 14 de julho de 2050, com  
613 um cronograma de 96 ações para adaptação da cidade às mudanças climáticas. Então, a gente  
614 coloca esse trabalho também à disposição, convida os senhores conselheiros que quiserem  
615 acompanhar, às 11 horas da manhã, no salão azul da prefeitura de Campinas, lançamento do  
616 PLAC, do Plano de Ação Local Climática de Campinas. E faremos, inclusive, aproveitaremos  
617 esse trabalho para, mais uma vez, homenagear a nossa Verônica Sabatino. Muito obrigado pela  
618 atenção.

619 **01:05:07 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Rogério Menezes. Vamos passar para  
620 a próxima inscrita, Malu Freire, por gentileza.

621 **01:05:18 Malu Freire:** Bom dia a todos e a todas. Eu queria parabenizar a todos os nossos  
622 colegas aqui da SEMIL pela Semana do Meio Ambiente. E foi tanta coisa, que eu acho que eu  
623 não consegui nem acompanhar tudo, secretário. Para nós é muito importante, da educação  
624 ambiental, ver tantos assuntos e ver esse trabalho incrível da Polícia, que não só fiscaliza,  
625 previne, mas também faz educação ambiental, tem essa interação com as crianças, com os

626 alunos, é um trabalho maravilhoso, do qual nós nos orgulhamos muito. E eu pedi a palavra,  
627 secretário, porque eu gostaria de divulgar uma *live* que vai acontecer amanhã, às 14 horas, no  
628 Portal de Educação Ambiental, que vai fazer o lançamento do curso à distância, gratuito, com  
629 certificado para a formação em educação ambiental de gestores e formuladores de políticas  
630 públicas ambientais. É um curso do qual nos orgulhamos muito, um curso de 60 horas e mesmo  
631 antes da divulgação já despertou bastante interesse. Então é isso que nós queremos fazer,  
632 divulgar e falar que a educação ambiental está presente de maneira transversal em todas as  
633 áreas, secretário, cada vez mais as nossas áreas têm feito o papel de divulgação dos seus  
634 trabalhos com o intuito de fazer a educação ambiental, que é de todos nós. Agradeço, bom dia  
635 a todos.

636 **01:06:52 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheira Malu Freire. Próximo inscrito,  
637 Fernando Priosti.

638 **01:06:03 Fernando Priosti:** Eu pedi a palavra nessa questão dos informes gerais sobre uma  
639 situação que ocorreu ontem...

640 **01:07:08 Rodrigo Levkovicz:** Prioste, desculpa te interromper. Só para anunciar a chegada do  
641 pessoal do Quilombo da Fazenda, dona Laura, dona Lúcia, Cristiano, o Marquinhos, doutora  
642 Maria Luiza Grabner, que representa o MPF. Se vocês puderem tomar assento na mesa para  
643 acompanhar, eles vão acompanhar o acordo, Jonatas. Desculpa a interrupção, Prioste.

644 **01:08:00 Glória Roberta Paffi:** Dando continuidade, Fernando, por gentileza.

645 **01:08:02 Fernando Prioste:** Agradeço ao Rodrigo pela interrupção, acho que é fundamental  
646 também recepcionar as apresentações aqui da comunidade. Sintam-se em casa, essa casa do  
647 meio ambiente é a casa de vocês também. Eu pedi a palavra por um fato que aconteceu ontem  
648 e por ter acontecido ontem, não tive tempo de fazer a sugestão de uma moção aqui, que eu vou  
649 submeter a moção na próxima reunião, com calma, mandando texto ontem, mas vou explanar  
650 a situação aqui, porque na minha forma de ver, ela é bastante grave e está muito conectada a  
651 situação do Quilombo da Fazenda, embora não seja diretamente por isso. Eu atuo fazendo  
652 assessoria jurídica a comunidades quilombolas há cerca de 19 anos. Passei pelo estado de  
653 Pernambuco, pelo estado do Pará e pelo estado do Paraná, estou aqui em São Paulo há cinco  
654 anos, trabalhei esporadicamente em alguns estados e eu confesso que eu nunca vi, como eu vi  
655 aqui no estado de São Paulo, a dificuldade que as comunidades têm para ter acesso integral,  
656 como a gente diria na época do processo físico, capa à capa, frente e verso do processo  
657 administrativo. Eu estou há cinco anos aqui e nunca vi nenhuma comunidade conseguir acesso  
658 a essas cópias desses procedimentos administrativos, em que pese os reiterados pedidos, e na  
659 data de ontem, eu recebi por cópia um e-mail vindo da senhora Andréa João, do Itesp, negando  
660 à Comunidade Quilombola de Ilhas acesso ao seu procedimento administrativo, dizendo que  
661 ele estava em fase de instrução, de análise, mas que submeteria o procedimento ao Ministério  
662 Público Federal, a Defensoria Pública, se assim requeresse. Na minha forma de ver, e nós, no  
663 século 21, e quem é advogado, seja público ou privado, sabe a dificuldade que era na época,  
664 inclusive, ter acesso ao procedimento físico, e o quão frustrante é a pessoa não ter possibilidade  
665 de obter do estado uma informação que lhe é própria. Eu vejo isso, sim, com todo o respeito e  
666 as vênias à posição do Itesp, como um ato que repercute o que a gente discute na sociedade

667 sobre racismo estrutural. É um ponto assim, fundamental, basilar, da edificação da sociedade  
668 moderna que as pessoas possam ter acesso àquilo que diz respeito e tramita no estado, e a  
669 Comunidade de Ilhas fez esse pedido reiteradas vezes, fez presencialmente numa reunião  
670 ocorrida agora em maio e teve esse pedido negado outra vez. Eu conversei internamente no  
671 Instituto Socioambiental, a gente recebeu essa notícia com consternação, com um sinal de que  
672 o Itesp, de fato, não está aberto a fazer um diálogo franco e aberto sobre essa temática e por  
673 isso vou submeter para a próxima reunião uma moção singela e simples, mas que o CONSEMA  
674 exorte o Itesp a fornecer a todas as Comunidades Quilombolas acesso livre, direto a todo o  
675 procedimento administrativo para que as comunidades possam atuar de forma livre naquilo que  
676 entenderem necessário, porque negar acesso é uma violência que, na minha forma de ver,  
677 principalmente para as comunidades negras, quilombolas, isso é expressão do racismo ainda  
678 na nossa sociedade. O Itesp já deveria ter, de muito tempo, um procedimento simples, célere,  
679 que viabilize acesso às comunidades, porque uma comunidade que tem condição de olhar  
680 aquele processo, de estudar, de ver cada página, cada vírgula, cada acento que tem lá dentro, é  
681 uma comunidade empoderada, que pode, como Quilombo da Fazenda, lutar e conquistar os  
682 seus direitos, que estão inscritos na Constituição há 35 anos, mas ainda não se realizaram. Mas  
683 como eu disse, eu vou submeter por escrito, com calma, para gente deliberar na próxima  
684 reunião. Obrigado.

685 **01:11:21 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Fernando Priosti. Próximo inscrito,  
686 Roberto Resende.

687 **01:11:30 Roberto Resende:** Obrigado. Bom, novamente, bom dia a todos, e passar  
688 rapidamente aqui alguns pontos de ordem geral. Primeiro, a partir, até por pedido do suplente  
689 Djalma Weffort, reforçar a questão de incêndio, que lá no Pontal está bastante crítico, e a  
690 demanda por mais ações de todos os setores envolvidos, lá nas Unidades de Conservação, agora  
691 acabou de ter mais um incêndio de grandes proporções lá no Rio do Peixe, ele pediu para a  
692 gente registrar esse ponto hoje aqui. E, juntamente, eu gostaria de lembrar, assim, solicitar à  
693 Secretaria um esforço na revisão da resolução SIMA 27, de 22, especialmente o mapa de risco  
694 de incêndio, que orienta políticas públicas no estado, a própria orienta repasse de recursos e  
695 priorização de áreas, porque o Vale do Ribeira, a região central do estado, o Vale do Paraíba,  
696 são colocados como de baixo, muito baixo risco, isso, a situação mudou, por várias questões  
697 aqui colocadas desde a questão da urbanização, do balão, e a gente sabe que o clima também  
698 tem mudado, e várias outras questões, então a gente não pode, tudo é prioritário, mas assim, a  
699 gente precisa talvez rever alguns mecanismos da resolução, especialmente o Mapa do Rifle, da  
700 Ritz (ininteligível 01:12:57), de risco de fogo, e que acho que contribuiria para dinamizar as  
701 ações de incêndio, que agora são generalizadas no estado, a demanda para elas. Sob a  
702 restauração, o secretário Jonatas, até na atividade do Dia do Meio Ambiente, em Joanópolis,  
703 do Programa Nascentes, a gente gostaria de reiterar as demandas colocadas pelo grupo de  
704 organizações restauradoras lá, da gente intensificar o diálogo com o poder público para  
705 dinamizar as políticas, ações efetivas de restauração, de conversas específicas com o setor,  
706 desde questões normativas e outros parâmetros para a gente agilizar e incrementar o processo  
707 de restauração no estado, um grupo de trabalho, uma comissão, uma mesa, algum instrumento  
708 para a gente reunir mais vezes os atores ligados ao Programa Refloresta, ao Programa

709 Nascentes. E o terceiro ponto, a gente reforçar a questão de melhorar a dinâmica de participação  
710 da sociedade civil no Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, que a gente já comentou na  
711 reunião passada essa crítica à forma de escolha dos representantes da sociedade civil, que a  
712 resposta colocada à informação trazida pelo representante da Cetesb, ao nosso ver, não foi  
713 satisfa, a gente continua aguardando uma posição, inclusive manifestação da frente parlamentar  
714 ambientalista quanto à inserção também do poder legislativo e de melhorar o mecanismo de  
715 participação, que a gente acha um retrocesso. Já melhorou em relação à ideia de sorteio, mas a  
716 seleção das entidades por uma comissão do próprio estado retrocede muito em relação à  
717 questão do próprio CONSEMA, que faz muito tempo que o CadEA tem mais autonomia para  
718 isso. Acho que a gente enfraquece muito a política de mudanças climáticas se podar a  
719 participação autônoma da sociedade civil nesse processo. E, por último, também um registro  
720 aqui, especialmente do pessoal do campo da agroecologia e da agricultura familiar, essa semana  
721 a gente registrou a morte do professor Baltazar Batista da Costa, que é uma referência nesse  
722 setor, e seria importante a gente compartilhar aqui a memória desse grande militante,  
723 pesquisador da agroecologia e da agricultura familiar em São Paulo e no Brasil. Obrigado.

724 **01:15:13 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Roberto Resende. Próximo inscrito,  
725 Beloyanis.

726 **01:15:19 Beloyanis Monteiro:** Bom dia, um salve para os nossos convidados, importante a  
727 presença de vocês aqui. Gente, eu tenho duas... Uma questão, eu acho que ela não envolve o  
728 CONSEMA, mas acho que é um alerta. É a questão da termelétrica de Caçapava, que está  
729 acontecendo. Vai ter as Audiências do Ibama dia 2 e 4, em Caçapava e São José dos Campos.  
730 Eu acho que a gente precisa ligar o alerta, porque termelétrica não é uma história simples  
731 quando se fala de mudança climática, esse debate todo que está rolando aí. E eu vou  
732 compartilhar com a Roberta alguns documentos que eu recebi do movimento, que eu acho que  
733 é legal para a gente ter ciência por se tratar de um município no estado de São Paulo. A SOS  
734 encaminhou para a Roberta, na pessoa da Roberta, um ofício referente à proteção especial da  
735 área da APA do sistema Cantareira, que o Roberto já falou de Joanópolis. Eu vou pegar  
736 rapidinho aqui alguns pontos, para não tomar muito tempo, “Recebemos com preocupação a  
737 notícia que a Câmara Municipal de Joanópolis aprovou recentemente, por 5 votos a 4, o Projeto  
738 de Lei de nº 005/2024, de autoria do poder executivo local, que trata da expansão do perímetro  
739 urbano do município de Joanópolis e inquérito civil instaurado pela promotoria de justiça de  
740 habitação da Comarca de Piracaia, São Paulo. Foram apontadas irregularidades quanto ao não  
741 atendimento de dispositivos legais, em especial do estatuto da cidade e da ausência do Plano  
742 Diretor, bem como da lei 10.111, de 4 dezembro de 1998, que cria a APA do sistema Cantareira,  
743 e do Decreto de n. 65. 244/2020, que aprova o Plano de Manejo da APA. Esse território,  
744 especialmente protegido, é manancial de abastecimento de água estratégico para as regiões  
745 hidrográficas do Alto Tietê, que compreende a região metropolitana de São Paulo, e dos rios  
746 de Piracicaba, Capivari e Jundiá, que abrange a região metropolitana de Campinas. A produção  
747 dessa Unidade de Conservação é de altíssima relevância para a segurança hídrica dessas duas  
748 importantes regiões, para a biodiversidade, para a Mata Atlântica e para o desenvolvimento  
749 sustentável. Diante dessas características de ações de políticas públicas, voltada a sua proteção,  
750 demandar por parte do CONSEMA e do governo do estado de São Paulo, especial atenção e

751 ações articuladas com os municípios e organizações que atuam no território. Nesse momento  
752 de emergências climáticas e de eventos extremos cada vez mais intensos, é fundamental que o  
753 estado de São Paulo estimule e invista em soluções baseada na natureza e no fortalecimento do  
754 instrumento de gestão e governança nas nossas Unidades de Conservação. Sendo assim, com a  
755 certeza de que uma agenda de desenvolvimento permanente e duradoura para o estado de São  
756 Paulo precisa ser sustentável e ter o meio ambiente como importante ativo. Pedimos ao  
757 CONSEMA que atue no sentido de garantir o respeito à lei da APA do Sistema Cantareira ao  
758 seu Plano de Manejo. Respeitosamente, Maria Luísa Ribeiro, diretora de políticas públicas da  
759 Fundação SOS Mata Atlântica”. Então, são dois pontos para a gente ligar o alerta. Esse ofício,  
760 encaminhei para a Roberta e o Jonatas, para a gente tomar providências no CONSEMA. Em  
761 relação à termelétrica, eu acho que é um assunto que pouca gente está tendo conhecimento, eu  
762 acho que eu vou compartilhar esse documento porque está no município, segundo informação  
763 de pessoas de Taubaté, um dos municípios mais prejudicados vai ser Taubate. Então assim,  
764 acho que a gente não pode ficar omissos nestes casos, enquanto CONSEMA, que a gente  
765 representa os municípios. Muito obrigado.

766 **01:19:41 Glória Roberta Paffi:** Obrigada Beloyanis. Doutor Daniel.

767 **01:19:45 Daniel Smolentzov:** Obrigada, Roberta. Só fazer um esclarecimento em relação ao  
768 ofício aqui encaminhado pelo conselheiro, muito bom, por sinal. Independentemente da  
769 questão da legislação municipal, salutar, como o senhor coloca aqui no ofício, que o estado  
770 traga esse diálogo, estabeleça esse diálogo com o município, mas independentemente da  
771 questão da legislação municipal nós temos uma Unidade de Conservação nesse território que é  
772 estadual, no caso, a Área de Proteção Ambiental, a APA do sistema Cantareira, e por ser uma  
773 Unidade de Conservação estadual, ela estabelece um regramento próprio no próprio ato de  
774 criação da Unidade de Conservação e também no Plano de Manejo, então são dois instrumentos  
775 jurídicos que regem esse território, e esses instrumentos são estaduais e devem ser respeitados.  
776 Então, ainda que a legislação municipal seja mais permissiva em relação à proteção ambiental,  
777 prevalece, no caso, a legislação estadual, por ser uma Unidade de Conservação, e por ser, então,  
778 mais restritiva. Então, as legislações, elas convivem, devem ter, na medida do possível, uma  
779 maior harmonia, mas sempre com essa regra de prevaência da legislação mais restritiva.  
780 Só deixar isso registrado, por favor. Obrigada.

781 **01:21:22 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutor Daniel. O próximo inscrito, senhor Andrés  
782 Vernet.

783 **01:20:32 Andrés Vernet:** Bom dia, a todos e a todas. Eu queria falar com o senhor Jonatas  
784 sobre a Informação Técnica 14, de 2024, da CETESB, que justifica a não publicação de Termos  
785 de Compromisso, especificamente da Abihpec. Queremos responder, mas está difícil a gente  
786 achar mais argumentos, porque como é uma decisão, ao nosso ver, desmedida, e com pouca  
787 base legal, nós temos três pontos aqui para conversar. Eu acho que, primeiro, a CETESB  
788 esqueceu que existe a Lei da Transparência, que deve ser cumprida não só por ela mas por  
789 todos. Segundo, o e-mail indicado nessa informação técnica não responde, nós estamos há mais  
790 de 30 dias aguardando uma resposta, não sei se vocês tem algum outro e-mail que vocês  
791 conversam diretamente, mas esse e-mail colocado na informação técnica não responde.

792 Terceiro, ele foi falado, e no próprio site também diz que é uma prerrogativa da SIMA e da  
793 Cetesb, eu não sei aonde, que parte da Lei que diz isso, que é prerrogativa. Agora queria colocar  
794 também, se não é outros pontos que podem ser motivados ali, por exemplo, eu não estou  
795 fazendo uma denúncia, eu estou fazendo uma pergunta. Existe uma pessoa que coordena um  
796 Termo de Compromisso muito conhecido, e é o principal executivo desse Termo de  
797 Compromisso, e essa mesma pessoa, em um plano de Logística Reversa, será que é por isso  
798 que a Cetesb não quer divulgar os planos? E eu queria saber se isso é uma coincidência ou se  
799 a SIMA sabe desse assunto, que se pode realmente ser legal, né? Se há uma coincidência ou  
800 não, se a Cetesb sabe, e se é legal isso. Mas há ainda um outro detalhe que todos esses planos  
801 e todos esses resultados, eles são transferidos para o Sinir Federal, então lá constam vários  
802 Termos de Compromisso com os seus resultados de 2022, pelo menos, estão lá. Só que vários  
803 planos de Logística Reversa não constam nesse Sinir. Existe o plano da Pragma, e outros planos  
804 que constam lá, mas esse especificamente não consta. E esse plano tem uma empresa  
805 importantíssima, que é aderente, que é a Nestlé de Araçatuba. Então, quer dizer que esse  
806 resultado não consta lá no Sinir? E muito menos, a New Hope Ecotech também não consta lá  
807 no Sinir. E tem várias empresas que participam deste plano de Logística Reversa. Então, consta  
808 lá a Pólen, a Pragma, mas estes não constam. Isso quer dizer, na nossa visão, que está  
809 distorcendo esse resultado da Logística Reversa. Então a gente queria perguntar se a Secretaria  
810 de Meio Ambiente sabe de tudo isso e se nos pode explicar esses dados, e principalmente, que  
811 o senhor Jonas colocou no início, que tem vários infratores que estão sendo notificados e tal,  
812 queria saber se o fabricante Dolly, que é um grande fabricante de refrigerantes, que está com o  
813 passivo de Logística Reversa desde 2019, justamente com a New Hope Ecotech. Então, eu  
814 queria saber se esse fabricante também vai ser notificado e se SIMA sabe desse assunto, dessa  
815 pessoa que a gente quer resposta, nós não estamos acusando ninguém, nós estamos querendo  
816 saber se isso pode e se isso é legal. É isso, Jonas, muito obrigado.

817 **01:25:57 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Andrés Vernet. Vamos passar para o  
818 próximo inscrito, senhor Alexandre Perinotto. Vamos passar para o seguinte, Cris Murgel.

819 **01:26:24 Cristina Murgel:** Bom dia a todos. Eu, primeiramente, queria externar aqui a minha  
820 solidariedade à ANAMMA pela perda da conselheira, e à família da conselheira Verônica, toda  
821 nossa solidariedade aqui em nome da Secretaria. Depois comunicar a todos que hoje é a minha  
822 última reunião pelo CONSEMA, pela Secretaria, estou deixando as minhas funções agora no  
823 final do mês, então agradeço todo o apoio, a parceria de todos. É sempre uma honra participar  
824 aqui desse conselho. E, como não podia deixar de ser, na minha última reunião, eu preciso  
825 responder ao Prioste, não tem como escapar disso, né? Então eu vou só aproveitar esse  
826 momento aqui de esclarecer essa fala. Primeiramente, dizer, ressaltar aqui a responsabilidade  
827 do Itesp e principalmente da nossa advogada Andréa João. Nenhum e-mail dela é feito sem  
828 responsabilidade e sem cautela, então gostaria de deixar isso aqui registrado. Nós sim, damos  
829 acesso aos processos administrativos, inclusive a Eaconi (01:27:41) teve acesso a esse processo  
830 em janeiro, isso está documentado, um processo SEI que foi dado acesso. O que não pode ser  
831 dado acesso, nesse momento, é a malha fundiária. Essa malha fundiária está ainda sendo  
832 concluído o estudo, e isso envolve dados pessoais, dados sigilosos e segurança jurídica ao  
833 processo, principalmente segurança às comunidades. Isso não precisamos explicar como é que

834 isso é feito, e qual é o rito que isso segue, então eu gostaria de deixar isso aqui registrado, a  
835 fala do Prioste vai ser encaminhada aqui, na responsabilidade que ainda tenho até ao final desse  
836 mês, de reportar essa reunião ao nosso secretário, e vamos então encaminhar e pedir  
837 esclarecimentos para que o Itesp reforce os esclarecimentos que já foram dados no e-mail. Tá  
838 bom? Então, mais uma vez, eu deixo aqui todo o meu desejo de sucesso a esse conselho, e  
839 agradeço a imensa parceria que recebi ao longo desses três anos representando a Secretaria.  
840 Não tenho ainda informação sobre quem assumirá, com certeza, o suplente, o Luís Gustavo  
841 Ferreira deve assumir nas próximas reuniões até que se tenha a nomeação de titular e suplente.  
842 Muito obrigada.

843 **01:29:10 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Cris Murgel. Vamos passar ao próximo inscrito,  
844 Rafael Frigério.

845 **01:28:16 Rafael Frigério:** Obrigado, Roberta. Em primeiro lugar, gostaria de externar também  
846 meus sentimentos pelo falecimento da conselheira Verônica Sabatino. Muito triste, a quem  
847 cumprimento aqui o Rogério Menezes, como representante titular da ANAMMA. Bom, eu pedi  
848 a palavra para fazer aqui um balanço no âmbito do monitoramento que a Operação São Paulo  
849 Sem Fogo faz continuamente, e está agora debruçada nesse momento aqui crítico dos incêndios  
850 florestais no estado de São Paulo. Nós temos trabalhado diariamente com todas as ferramentas  
851 de monitoramento, com os indicadores que nos permitem acompanhar e ter uma dimensão de  
852 em que situação estamos. Ontem, pelo menos, na região metropolitana de São Paulo tivemos  
853 uma diminuição de temperatura, mas nada suficiente para melhorar o cenário. Hoje já  
854 voltamos, teremos novamente no período da tarde temperaturas altas, e sabemos que estou  
855 falando aqui da metropolitana, o interior de São Paulo vive uma outra dinâmica climática,  
856 talvez muito mais associada climaticamente ao Centro Oeste e outras regiões do país do que as  
857 outras porções do território paulista, então é importante trazer a referência de que sim,  
858 conforme colocado pelo conselheiro Alexandre Perinotto, estamos nesse cenário, as rodovias  
859 são sim um importante vetor de origem, de gênese, de eventos de fogo fora de controle, então  
860 estamos atentos com todo o trabalho do DER, toda a parceria que a gente tem com a Artesp e  
861 com as concessionárias, para que a gente possa fazer o melhor trabalho possível ao longo dessa  
862 temporada, complementando o trabalho de prevenção que foi feito ao longo dos primeiros  
863 meses do ano, especialmente com uma intensificação na fase amarela da Operação São Paulo  
864 Sem Fogo, nos meses de abril e maio, e hoje, um dado aqui de ontem, do acesso no dia 25, com  
865 dados dos focos de calor do satélite de referência do Inpe, o Aqua MT, do dia 24, de anteontem,  
866 então nós estamos com 1.246 focos do satélite de referência, no ano de 2024, isso coloca o ano  
867 de 24 como ano com mais focos no período desde 2011, lembrando que em 2010 tivemos ali  
868 no período comparativo apenas três focos a mais, se a gente volta um dia, o período, olhando  
869 para o acumulado de 1 de janeiro a 23 de junho, não 24, remonta o ano com mais focos desde  
870 2008, então é fato, estamos monitorando isso. Nas Unidades de Conservação também temos  
871 um trabalho importante de monitoramento por meio de painéis que estão disponíveis para a  
872 população, para a sociedade, e também identificamos um aumento tendo 38 ocorrências de  
873 incêndios florestais no ano de 2024, contra 19 no ano de 23, exatamente o dobro, então,  
874 mostrando que sim, a gente também tem consequências nos espaços protegidos. Aqui eu estou  
875 falando não só do interior das Unidades de Conservação, mas também tratando o entorno, algo

876 que nós entendemos que é importantíssimo, assim como todo o território do estado de São  
877 Paulo. Olhando para os dados brutos do Inpe também, do satélite de referência, junho, com o  
878 dado do dia 24 também, junho de 24, o mês com maior número de focos desde 2011, então  
879 estamos todos alertas nesse sentido, e gostaria aqui de trazer rapidamente, já pelo adiantado da  
880 hora e a pauta extensa que a gente tem, algumas ações importantes que a gente vem  
881 desenvolvendo. Na linha do que o doutor Daniel colocou aqui no começo da reunião plenária,  
882 estamos com o Plano de Comunicação da Operação São Paulo Sem Fogo extremamente ativo,  
883 com vídeos preventivos veiculados aqui em horário nobre na TV aberta, inclusive no intervalo  
884 do Fantástico aos domingos. Não foi nessa semana, e sim já de algumas semanas, inserções em  
885 rádios, mídia, todos os tipos de mídia. Estamos aí também com trabalho nas redes sociais, os  
886 informes nos painéis de mensagens variáveis das rodovias, como um elemento importante para  
887 aquele cidadão que tiver numa rodovia e identificar um incêndio para que ele possa fazer esse  
888 informe, a gente tem as equipes chegando o quanto antes possível para minimizar os impactos.  
889 Publicação digital em sites de grande visitação na internet, releases, assessoria de imprensa,  
890 entrevistas para veículos de comunicação, a gente tem participado, temos sido pautados por  
891 grandes veículos de comunicação. Estamos aproveitando essa oportunidade para transmitir  
892 referências e informações que possam chegar à sociedade e ao cidadão e à cidadã porque, como  
893 Jonatas colocou aqui no início, mais de 90% dos incêndios, do fogo fora de controle no estado  
894 de São Paulo, está relacionado a atividades humanas, seja por ação direta, seja por omissão em  
895 ações preventivas. Também, conversando aqui com questões que foram trazidas, todo um  
896 trabalho com monitoramento e alertas, que a Defesa Civil, com um papel importantíssimo com  
897 os mapas dinâmicos de risco de incêndio para seis dias que estão disponíveis no site, são  
898 utilizados por todos os integrantes da operação, inclusive os municípios que são aderentes à  
899 operação, e também toda a sistemática de envio de alertas por SMS para a população que se  
900 cadastra lá no número 40199. Os municípios aderentes, estamos com um aumento da adesão  
901 de municípios, 385 prefeituras aderentes à Operação São Paulo Sem Fogo, com compromisso  
902 de desenvolver ações locais de prevenção, fiscalização de queimadas urbanas e um primeiro  
903 combate local. Então, os municípios aderentes à Operação São Paulo Sem Fogo são agentes  
904 locais, com brigadas devidamente capacitadas pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros, e  
905 também com participação da Fundação Florestal, quando a gente trata de espaços protegidos,  
906 em sinergia com as áreas municipais, então importantíssimo trazer esse olhar. Quanto aos  
907 treinamentos e capacitações, como eu citei, nós tivemos as oficinas da Operação São Paulo  
908 Sem Fogo, coordenadas pela Defesa Civil Estadual, foco nos municípios, mais de 2 mil pessoas  
909 capacitadas, 450 municípios participantes, e 15 eventos de capacitação em diferentes regiões  
910 do estado. No dia 9 de maio, nós tivemos um evento importantíssimo com participação dos  
911 integrantes da Operação São Paulo Sem Fogo, que foi um simulado de incêndio florestais no  
912 Parque Estadual do Juquery, parque que a gente tem uma grande atenção, que tem um histórico  
913 de ocorrência de fogo e justamente para que a gente pudesse calibrar e entender como serão  
914 feitos os acionamentos se, por ventura, tomara que não, a gente tiver uma ocorrência de grande  
915 porte nessa localidade e em qualquer Unidade de Conservação no território paulista, com  
916 objetivo de treinar as equipes, formação rápida e eficiente por meio da simulação do combate  
917 de grandes proporções. Também é importante aqui, já finalizando, trazer todo o cenário de  
918 estruturação e de preparação para a atuação nas Unidades de Conservação estaduais, sempre

919 batendo na tecla da organização da Operação São Paulo Sem Fogo, em sete polos, para  
920 racionalizar e otimizar os equipamentos, a estrutura existente, contemplando 81 Unidades de  
921 Conservação, com contratação pela Fundação Florestal de 114 Bombeiros Civis para atuação  
922 até novembro, aquisição de equipamentos de proteção individual, compra de novos tratores,  
923 roçadeiras, cabines de trator, plenas dianteiras e cinco lâminas de arrasto, todos esses  
924 equipamentos para permitir e fazer com que a gente possa cumprir todas as etapas propostas  
925 pela operação, prevenção, controle e monitoramento e combate, e trazer aqui também, na figura  
926 da Polícia Militar Ambiental, todas as ações, já sinalizei isso na reunião plenária passada, a  
927 operação Huracán em todo o estado de São Paulo, com o objetivo de ações preventivas ao fogo  
928 em áreas de vegetação e o combate, a fabricação ilegal, não só fabricação, transporte, a venda  
929 e a própria soltura de balões, e aí exaltar aqui, o coronel Navarro falou na última plenária, mais  
930 importante sempre reforçar o fechamento pela Polícia Militar Ambiental de 18 fábricas  
931 clandestinas de balões, e a vitória na operação Huracán, de quase 17 mil quilômetros de áreas  
932 de vegetação. Por fim aqui, trazer toda a organização para o combate com o uso de aeronaves,  
933 a contratação via Defesa Civil e participação de todos os integrantes da operação de empresas  
934 prestadoras de serviço para o combate aéreo com aeronaves de asa fixa, sem esquecer da  
935 importante atuação dos helicópteros águia, as aeronaves de asa rotativa que já vem atuando em  
936 algumas ocorrências, a gente ainda não teve nenhum acionamento de aeronaves de asa fixa que  
937 é uma incumbência do Corpo de Bombeiros, no acompanhamento das ocorrências, entender se  
938 esse é o diferencial que vai trazer um caminho para a extinção do fogo rapidamente, mas  
939 valorizando essa atuação do águia. E, por fim, também trazer uma ação para além da ação  
940 citada pelo subsecretário Jonatas, em referência e a mobilização necessária para os incêndios  
941 florestais na Semana do Meio Ambiente, tivemos uma reunião técnica, uma parceria com o  
942 consulado americano e a presença da Brenda Bowen, uma especialista do serviço florestal  
943 americano, justamente, sempre na premissa dessa operação que é buscar referências e entender  
944 tudo aquilo que a gente pode aportar e avançar, e temos ciência que a gente precisa avançar  
945 muito sim, ano a ano, mas sempre reconhecendo tudo aquilo que a gente traz de positivo de  
946 uma temporada para outra. Já me alonguei, mas eu fiquei aqui com uma referência de trazer, o  
947 conselheiro Roberto Resende trouxe uma questão do seu suplente, o Djalma Weffort, e  
948 justamente nós estamos cientes dessa ocorrência na Foz do Rio do Peixe, foi uma ocorrência  
949 importante que se estendeu por vários dias, envolveu o combate terrestre, envolveu o combate  
950 aéreo do águia, estava conversando aqui com o coronel Navarro antes do início da plenária,  
951 atuação do Corpo de Bombeiros, Defesas Civis Municipais, comando de aviação, justamente  
952 por conta do águia, a participação dos proprietários rurais da região e voluntários também,  
953 sempre monitorando porque não atingiu o parque estadual do Rio do Peixe, no entanto, as  
954 equipes do parque monitoraram a situação do risco de fogo atingir a Unidade, mantendo ali  
955 equipes de plantão, e acho que aqui o que vale, depois a gente pode explorar, assim como o  
956 conselheiro Roberto Resende trouxe todo um olhar para as áreas de restauração, o próprio  
957 Jonatas sinalizou a importância de que a gente avance também com a musculatura da operação  
958 para fortalecer um cenário preventivo e arranjos locais e regionais, potencializando todos os  
959 atores, equipamentos existentes no território, para que a gente possa minimizar os estragos  
960 nessas áreas tão importantes de restauração, mas também sinalizando outras linhas de esforços  
961 que a gente tem feito, a gente tem um trabalho importante com as RPPNS Paulistas justamente

962 trabalhando para orientar e municiar de referências preventivas, de monitoramento e do próprio  
963 combate. Mas trazer uma referência para essa situação da Foz do Rio do Peixe, que é  
964 importantíssimo, nós vamos trabalhar com a unidade da Fundação Florestal, com a própria  
965 operação como um todo, com todos seus atores que têm capilaridade no território, mas sempre  
966 a importância de que essa ocorrência foi em propriedades privadas, que os proprietários rurais  
967 também corram atrás e se organizem para fazerem parte dos instrumentos hoje existentes para  
968 que a gente possa ter essa atuação mais precisa. Cito aqui o PPCIF, os Planos de Prevenção e  
969 Combate a Incêndios Florestais, toda Unidade de Conservação no território paulista tem esse  
970 instrumento vigente atualizado continuamente, as RPPNS Paulistas também tem, desde esse  
971 esforço que a gente fez e o caminho é que a gente possa estimular, que os proprietários também  
972 o tenham, porque uma vez esse instrumento constituído, tendo a ocorrência, você já tem fluxos  
973 de acionamento estabelecidos, contatos para quem acionar na hora da emergência e ciência de  
974 toda a estrutura existente para esse combate. Então, a situação atual dessa ocorrência, nós  
975 estamos monitorando por satélite, eu tenho algumas imagens aqui, eu ia até projetar, mas  
976 entendo que com o adiantado da hora e a pauta extensa não é o caso, então a gente vem  
977 acompanhando, o fogo não está ativo, essa é uma ocorrência encerrada e ela se estendeu porque  
978 a gente teve algumas regnições, então é um ponto de alerta também. E se for o caso, eu fico à  
979 disposição, Resende, para falar diretamente com o Djalma e ver que que a gente pode auxiliar  
980 nesse momento aqui mais crítico. E lembrando aqui que eu faço um balanço do mês de junho,  
981 mas a temporada de estiagem apenas se inicia no estado de São Paulo. É um junho atípico, não  
982 é comum a gente ver um junho com uma severidade climática como a que a gente observou,  
983 vejamos nosso Pantanal, bioma vizinho, com todo esse cenário, mais de 80 dias de ocorrências  
984 de fogo em um cenário também muito atípico lá no Pantanal. Então isso aqui reforça ainda  
985 mais o olhar de cuidado e de atenção que nós vamos ter ao longo dos próximos meses e  
986 especialmente uma atenção quanto aos meses de agosto, a segunda quinzena de agosto, a  
987 primeira quinzena de setembro, que a gente sabe que é terrível quando o clima está mais severo  
988 e a gente sim, tem condições de seguir trabalhando para chegar nesse momento com ambiente,  
989 um cenário de melhor preparação entre todos os atores que fazem parte da operação. Obrigado.

990 **01:42:01 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Rafael Frigério, vou passar ao próximo  
991 inscrito, Paulo do Rêgo.

992 **01:42:17 Paulo Nelson do Rêgo:** Boa tarde, bom dia a todos e a todas. A minha fala aqui tem  
993 dois pontos, primeiro que eu gostaria de consternar a perda da conselheira Verônica, fica aqui  
994 a nossa consternação por essa perda, que ela realmente seja devidamente homenageada na  
995 forma que foi já colocado por esse CONSEMA. Um segundo ponto, para conversar com o  
996 conselheiro Rodrigo, da Fundação, para saber como é que a sociedade civil pode buscar o apoio  
997 da Fundação na criação das Unidades de Conservação que estão sendo criadas no litoral norte,  
998 em especial em São Sebastião. A gente tem tido lá uma série de criação de Unidades de  
999 Conservação, e eu acho que toda a metodologia de Plano de Manejo que a Fundação já  
1000 desenvolveu podem ser utilizadas e propostas à prefeitura, então a gente gostaria de fazer isso  
1001 via a sociedade civil. Até conversei com a Fernanda Carbonelli, que é do ICC, que realmente  
1002 a gente gostaria de buscar essa interação com a Fundação. E por último, uma denúncia que eu  
1003 recebi, mais um registro aqui, que o prefeito de Ilhabela estaria fazendo uso do convênio com

1004 os anjos de pescadores para, na realidade, estar transformando áreas de marinha, áreas de APP,  
1005 em atrativos para grandes usuários, para pessoas privadas, usando indevidamente do rótulo dos  
1006 pescadores como forma de fazer intervenções indevidas. Só um registro que eu gostaria de  
1007 deixar colocado. Obrigado.

1008 **01:45:38 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Paulo. Vamos passar ao próximo  
1009 inscrito, Beloyanis, por gentileza.

1010 **01:45:43 Beloyanis Monteiro:** É bem rapidinho. Obrigado, doutor Daniel. Eu queria fazer  
1011 uma sugestão, porque eu acho que essa questão que eu trouxe de Joanópolis, é legal ter alguém  
1012 do território para, na próxima plenária, fazer uma fala breve, porque o que você falou foi bem  
1013 importante, mas não reflete o que está acontecendo no território. Então, trazer essa pessoa acho  
1014 que reforça esse ofício encaminhado pela SOS. Era esse o pedido que eu queria fazer. Obrigado.

1015 **01:45:11 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Beloyanis. Inicialmente, haviam  
1016 inscritos a doutora Rosa Ramos, a Gilda Nunes e Eduardo Leduc, para a rodada dos assuntos  
1017 gerais. Eles não estão mais com a mão levantada, mas tem interesse em se manifestar? Então  
1018 todos que estavam aqui inscritos, só reforço, querem se manifestar? Então vamos passar para  
1019 a seguinte, que é a Mayla, por gentileza.

1020 **01:45:41 Mayla Fukushima:** Bom dia. Eu queria só dar um esclarecimento em relação ao  
1021 VRA, que tiveram três questões, três perguntas. A questão das SVs que são emitidas pelo VRA,  
1022 a Cetesb está trabalhando, está alterando, mexendo no sistema por conta de alguns problemas,  
1023 e daí assim que a gente conseguir mexer, alterar o sistema, daí a gente atualiza o  
1024 esclarecimento, mas de qualquer forma, se tiver, a própria Gilda levantou, se tiverem essas  
1025 áreas mapeadas, se quiser encaminhar a denúncia, daí a gente vai lá e investiga para ver qual  
1026 que é o caso, está bom? Mas é só falar que a gente está atualizando o VRA para melhorar ele.  
1027 Obrigada.

1028 **01:46:31 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Mayla. Também chama a Roberta para prestar  
1029 esclarecimentos.

1030 **01:46:49 Roberta (sobrenome):** Bom dia a todos. Obrigada, Mayla, acho que para poder fazer  
1031 aqui alguns esclarecimentos mais pontuais, estamos sempre à disposição. Queria, inclusive,  
1032 destacar que no âmbito da CTP, com a Marina, com o Anselmo, com a Mayla, a gente está  
1033 fazendo uma série de reuniões e discussões muito bem vindas sobre logística reversa, tem tido  
1034 a participação de vários atores, acho que a Marina, talvez, até possa complementar, no qual a  
1035 gente está discutindo a melhoria e o aprimoramento dessa política de logística reversa na  
1036 parceria entre a Secretaria e Cetesb. Acho que é importante reforçar essa diferenciação que a  
1037 gente trouxe na informação técnica, que existem Termos de Compromisso que foram a origem  
1038 das propostas de negociações de metas, mas as metas mesmo, as obrigações de todos os entes  
1039 estão firmados em decisão de diretoria. Então, independente de ter termo ou não, a  
1040 obrigatoriedade de apresentação do plano e dos relatórios é independente para todos os  
1041 fabricantes que têm algum tipo de licenciamento aqui no âmbito da Cetesb. Inclusive,  
1042 conselheiro Andrés, você tem o meu e-mail. Eu tenho mandado vários expedientes que a gente  
1043 está abrindo, qualquer dúvida adicional, continuamos à disposição. Sobre a questão do Sinir, a

1044 gente queria esclarecer aqui que no estado de São Paulo a gente atua via Sigor, é o sistema  
1045 instituído num decreto estadual, no qual a gente recepciona todos os planos e todos os  
1046 relatórios, e foi um que, inclusive, a gente comentou que abriu a consulta pública para todo e  
1047 qualquer cidadão procurar por CNPJ, se a empresa atua ou não, faz plano, desenvolve plano e  
1048 desenvolve relatório, então todas as informações também já estão públicas e abertas para  
1049 consulta no âmbito do nosso sistema ali da Cetesb. E a gente tem trabalhado muito nessa  
1050 questão de transparência e dados, num novo relatório dinâmico, que acreditamos que a partir  
1051 de agosto a gente vai conseguir trazer mais informações de como estão os Termos de  
1052 Compromisso de maneira geral, os principais resultados, os dados. Estamos terminando de  
1053 compilar mesmo as informações desde 2013, então vai ser um grande desafio publicar essa  
1054 série histórica e os dados atualizados dos resultados desses Termos de Compromisso. Então  
1055 acho que é isso, amanhã a gente tem mais uma reunião da CTPP, então acho que esse tema  
1056 continua sendo discutido e continuamos à disposição.

1057 **01:49:11 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Roberta pelos esclarecimentos. Marina?

1058 **01:49:14 Marina Balestrero:** Então, realmente, na CTPP a gente tem feito diversas reuniões  
1059 discutindo o tema, a gente ouviu atores representativos de toda a cadeia, então catador, Fiesp,  
1060 setor produtivo, até consultores que atuam em outros estados para trazer informações  
1061 complementares, e a gente está num momento bem interessante de coletar essas contribuições,  
1062 esses apontamentos e poder influenciar a política pública que está nesse processo de revisão,  
1063 então, coletar esse conjunto de discussão e encaminhar para a Coordenadoria de Resíduos  
1064 Sólidos e também para a Cetesb para fazer essas análises sobre o material.

1065 **01:49:54 Glória Roberta Paffi:** Obrigada Marina, pelo esclarecimento. Doutor Daniel.

1066 **01:49:57 Daniel Smolentzov:** Obrigada, Roberta. Só rapidamente, eu gostaria de deixar  
1067 registrada a atuação muito competente da conselheira Cristina Murgel nesses anos de  
1068 CONSEMA. Nós tivemos o privilégio de conviver com a conselheira, inicialmente ela  
1069 representava a Fiesp, depois a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e nesses dois papéis  
1070 a conselheira sempre foi muito combativa, muito técnica, muito interessada. Então não poderia  
1071 deixar aqui de fazer esse registro pela atuação da conselheira. Nem sempre nós convergimos  
1072 nas opiniões, mas sempre o debate foi de alto nível, como disse, a conselheira muito técnica,  
1073 muito experiente, com muitos argumentos sólidos, defendendo as posições aqui, inicialmente  
1074 da Fiesp e depois da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Então desejo boa sorte à  
1075 conselheira na próxima jornada profissional, coloco também a Procuradoria Geral do Estado  
1076 aqui à disposição da conselheira para o que precisar e faço questão, novamente, de deixar  
1077 registrada essa atuação muito competente da conselheira aqui no CONSEMA, nesses anos de  
1078 CONSEMA. Obrigado.

1079 **01:51:27 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutor Daniel. Vou passar ao próximo inscrito,  
1080 senhor Fontes, da Faesp.

1081 **01:51:37 José Luiz Fontes:** Bom dia. Gostaria de cumprimentar a todos e me apresentar. Meu  
1082 nome é José Luiz Fontes, eu atuei no CONSEMA em diversos biênios anteriormente,  
1083 representando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, portanto, na bancada do governo.

1084 Agora estamos aqui na posição de representante de uma entidade da sociedade civil. A Faesp  
1085 está implantando, nesse momento, e essa é uma das missões para a qual fui ali contratado,  
1086 implantando um departamento de sustentabilidade onde a gente pretende, com esse  
1087 departamento, evidenciar ainda mais a importância do agronegócio para o desenvolvimento  
1088 sustentável do estado de São Paulo e a sua imprescindibilidade como solução na questão  
1089 climática. Gostaria de reforçar as palavras do doutor Daniel quanto a participação da Cris  
1090 Murgel aqui no CONSEMA, e especialmente pelo trabalho que ela desenvolveu na Secretaria.  
1091 Cumprimentar, até porque, recentemente, a Secretaria da Agricultura publicou o Painel de  
1092 Regularização Ambiental, que era uma reivindicação nossa lá da Faesp, e ficamos muito  
1093 contentes de ver essa publicação. E nesse Painel, Cris, demonstra muito, em números, a sua  
1094 atuação na Secretaria. Eu posso falar porque a Cris me substituiu lá, e só em relação a cadastros,  
1095 o Cadastro Ambiental Rural analisados, quando eu saí tínhamos muito poucos, e hoje temos  
1096 quase 100% dos imóveis com os cadastros analisados, processados. Cadastros validados, já são  
1097 mais de 40 mil cadastros. Então, acho que esses números mostram claramente a competência  
1098 e o trabalho da Cris frente a esse tema na Secretaria da Agricultura. Então, parabéns, Cris, e  
1099 sucesso na sua nova empreitada.

1100 **01:55:02 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhor José Luiz Fontes. Vamos passar agora a  
1101 esclarecer, em relação ao item um de pauta, que é a apresentação do Projeto Raposo Tavares.  
1102 Recepcionamos um ofício na qual o senhor Jonatas irá prestar o esclarecimento.

1103 **01:55:21 Jonatas S. da Trindade:** Ontem à noite nós recebemos um ofício da Secretaria de  
1104 Parcerias e Investimentos, informando a impossibilidade de apresentar hoje o Projeto Nova  
1105 Raposo Tavares. Foi ontem à noite mesmo, e aí a solicitação é de retirada do item da pauta, e  
1106 eles já indicaram que podem, e pediram para que a gente respondesse o ofício indicando novas  
1107 datas para o reagendamento e participação deles aqui na reunião do CONSEMA. Denis, você  
1108 quer explicar alguma coisa, explicar a situação atual desse processo em relação ao projeto?

1109 **01:56:00 Denis Amorim:** Bom dia a todos e todas. De fato, a gente recebeu essa essa  
1110 informação da SPI, que é a Secretaria responsável pelo projeto. Trata-se de um projeto de  
1111 concessão, ou seja, ele está em uma fase de modelagem ainda. Tiveram algumas reuniões,  
1112 Audiência Pública, consultas públicas, e eles ainda estão consolidando essas informações no  
1113 relatório, e essa consolidação é importante, segundo eles, porque vai trazer o aperfeiçoamento  
1114 do projeto, então dada essa impossibilidade de eles trazerem na data de hoje a apresentação,  
1115 eles entendem também como uma oportunidade de trazer esse projeto de uma forma  
1116 amadurecida, já incorporando as atribuições da sociedade. Então, é uma fase preliminar de  
1117 modelagem de projeto de concessão. Lembrando que ainda o projeto de engenharia não foi  
1118 feito, ainda há uma necessidade de abrir um processo de Licenciamento Ambiental, que  
1119 certamente vai incidir numa necessidade de elaboração de um EIA, que vai atestar a viabilidade  
1120 ambiental, vai levantar os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos e das propostas  
1121 de investimento em ampliação de capacidade das rodovias que são objetos da concessão. Então,  
1122 eles pediram desculpa a todos e eu vou alinhar com eles uma nova data para apresentação do  
1123 projeto. Peço a compreensão de todos. Obrigado.

1124 **01:57:49 Jonatas S. da Trindade:** E aí, diante disso, eu solicito a manifestação em relação à  
1125 retirada do item da pauta, porque realmente não veio o representante da SPI. Por favor.

1126 **01:58:01 Fernando Prioste:** Estou de pleno acordo, não só porque a representação não veio,  
1127 mas porque, de fato, a incorporação desses elementos da Audiência Pública é fundamental para  
1128 o nosso debate. E agradecer também a Roberta pelos seus trabalhos, porque ela também ajudou  
1129 a facilitar o acesso a toda a documentação que diz respeito a esse projeto que está sendo  
1130 desenhado, e eu acho que isso é fundamental para que a gente possa se manifestar aqui com  
1131 qualidade, eu acho que esse tipo de acesso à informação, que são as informações públicas, é  
1132 fundamental para além daquelas que estão disponibilizadas na internet. Agradeço, Roberta, por  
1133 seu trabalho.

1134 **01:58:28 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Fernanda Prioste.

1135 **01:58:29 Daniel Smolentzov:** Roberta, só queria só deixar o registro aqui, como há no plenário  
1136 pessoas interessadas neste assunto, que inclusive distribuíram aqui uma manifestação aos  
1137 conselheiros, que ao final da sessão você possa esclarecer a essas pessoas como eles podem  
1138 acompanhar a pauta do CONSEMA para que fique garantida a presença deles na reunião onde  
1139 esse tema for entrar em pauta novamente, porque é importante a presença dessas pessoas,  
1140 porque tragam os seus argumentos para contribuir para o nosso debate aqui no CONSEMA,  
1141 por favor.

1142 **01:59:11 Glória Roberta Paffi:** Sim, doutor Daniel, todos serão informados oportunamente.  
1143 Então dando sequência, vamos para agora, na verdade, o segundo item da pauta do dia...

1144 **01:59:37 Denis Amorim:** Desculpa, Roberta, mas para garantir a transparência das  
1145 informações, assim como o Prioste teve acesso a documentos ricos sobre o projeto de  
1146 concessão, eu vou encaminhar também esse endereço para a Roberta para que possa distribuir  
1147 a todos que tiverem interesse nos documentos técnicos elaborados até o momento, está ok?  
1148 Obrigado.

1149 **02:00:00 Glória Roberta Paffi:** Em relação à explicação do doutor Daniel, fica na página do  
1150 CONSEMA, quando a gente encaminha para vocês o ofício digital, na página do CONSEMA  
1151 convocatórias, lá ficam as informações, as pautas e os documentos anexos. Então lá vai ser  
1152 colocado, na oportunidade, essas informações, na página SEMIL

1153 **02:00:23 Jonatas S. da Trindade:** Isso normalmente ocorre com pelo menos 15 dias de  
1154 antecedência no mês em que vai ocorrer a reunião, então, mês que vem, até o dia 15 de julho,  
1155 é divulgada a pauta e essa pauta consta na página do CONSEMA

1156 **02:00:35 Beloyanis Monteiro:** Roberta, rapidinho. Aí, aproveitando o gancho, eu acho que é  
1157 fundamental a gente garantir esse debate aqui no CONSEMA. Que não seja hoje, mas que na  
1158 próxima plenária que ele aconteça e que a gente possa divulgar, que maior número de  
1159 representantes desse movimento venha participar, que a gente, sei lá, de repente faça até uma  
1160 extraordinária para discutir esse tema que está muito em pauta agora no momento. Então, só  
1161 queria fazer essa solicitação, que a gente garantisse esse espaço de debate.

1162 **02:01:07 Glória Roberta Paffi:** Sim, Beloyanis, iremos nos debruçar. Muito obrigada. Então  
1163 dando continuidade. Senhor Andrés?

1164 **02:01:16 Andrés Vernet:** É só um minutinho, por favor, posso?

1165 **02:01:18 Glória Roberta Paffi:** Por gentileza, rapidamente, porque nós já estamos indo para  
1166 o 3º item de pauta.

1167 **02:01:23 Glória Roberta Paffi:** É sobre o VRA. Eu queria só complementar o seguinte, que  
1168 a Cetesb, ou que alguém chamasse também a participação dos ambientalistas, que nós fizemos  
1169 várias sugestões, inclusive o VRA aceita CNPJ baixado, então tem muitas correções a serem  
1170 feitas. Então, unilateralmente, isso não vai dar certo. Isso vai continuar a mesma coisa. Não  
1171 tem participação da prefeitura, não tem comprovação diária, não tem documentação, não tem  
1172 uma série de coisas. A gente gostaria de participar desse processo também, que muitas vezes a  
1173 gente mandou várias sugestões e a gente gostaria de participar dessas melhorias. Muito  
1174 obrigado, viu?

1175 **02:02:06 Glória Roberta Paffi:** Obrigada senhor Andrés. Vamos passar para o 3º item da  
1176 pauta, a apresentação do Acordo do Quilombo da Fazenda. Muito bom dia a todos. Rodrigo,  
1177 por gentileza.

1178 **02:02:20 Rodrigo Levkovicz:** Bom, eu vou só fazer um resumo do que aconteceu e aí é bem  
1179 rápido. E aí, aproveitar a presença de vocês para que vocês tragam a visão de vocês sobre  
1180 acordo e futuro, então, aqui a ideia era mais... A gente é bastante consultado, e acredito que a  
1181 comunidade também, como é que é o acordo, como que não é, mas basicamente, é bem rápido,  
1182 tá, gente? Então, acho que a primeira coisa, queria agradecer imensamente à Comunidade  
1183 Quilombola da Fazenda, e dizer que esse acordo só foi possível pelo compromisso e pela  
1184 lealdade, pela postura respeitosa que vocês sempre tiveram, então, se aquele território é  
1185 preservado, a gente sabe que vocês são protagonistas nisso. E mais do que isso, sempre tiveram  
1186 uma paciência infinita com as idas e vindas do estado, e aí agradecer muito ao Jonatas e a  
1187 Natália que encabeçaram isso, e não é fácil encabeçar um acordo dessa magnitude. A PGE que  
1188 atuou, Daniel, Amanda, que também encabeçaram, a própria Procuradora Geral do Estado,  
1189 doutora Inês Coimbra, a Camila que está aqui, ou foi embora, só porque eu chamei ela, a nossa  
1190 advogada, enfim, o Ministério Público Federal, doutora Maria Luiza Grabner, doutora  
1191 Valquíria, assim, a gente teve vários órgãos do estado, Itesp, que atuaram em conjunto para  
1192 que isso saísse e, principalmente, eu acho que também foi um divisor de águas o papel do  
1193 Tribunal Regional Federal, por meio da mediação judicial, e aqui eu quero fazer referência a  
1194 doutora Célia, que conduziu os debates e puxava a orelha de um, puxava a orelha de outro. Eu  
1195 sei que a minha orelha ela puxou bastante, viu, dona Laura? Então, a gente conseguiu sair.  
1196 Então, assim, basicamente um amplo processo de negociação, um esforço e compromisso da  
1197 comunidade, uma sentença judicial que ordenou que nós compatibilizássemos os interesses e a  
1198 participação decisiva do TRF da terceira região, mas aqui fazendo jus à comunidade. Bom, o  
1199 que pressupõe esse acordo? Ele tem uma inovação que a titulação de toda área vai ser feita em  
1200 nome da associação quilombola, então a gente tem aqui tanto a área do Sertão quanto a área da  
1201 praia tituladas em nome da Associação Quilombola. A manutenção da área da praia como  
1202 parque estadual, então é Quilombo e é parque, mais titulado, registro imobiliário em nome da

1203 associação. A transformação do Sertão da Fazenda e da ponta baixa em reserva de  
1204 desenvolvimento sustentável, e um Zoneamento e compliance público comunitário. Eu acho  
1205 que isso é uma das maiores inovações que a gente conseguiu, ou seja, a gestão é desse território,  
1206 das regras, ela não é do estado, é pública e comunitária, obviamente na área da RDS, muito  
1207 mais comunitária, e com o apoio do estado para proteger o território, principalmente contra a  
1208 especulação imobiliária e contra o crime, a gente sabe aqui, e aí um papel muito importante da  
1209 Polícia Militar Ambiental, o coronel Navarro, para que a gente consiga blindar o Quilombo da  
1210 Fazenda do crime organizado que tem se espalhado pelo litoral norte, então aqui já contamos  
1211 com o apoio de toda a Polícia Militar Ambiental, e aí trazer aqui, eu separei um pouco.  
1212 Manutenção da área da Fazenda e do Sertão de Cubatã, área da Fazenda, da praia e do Sertão  
1213 de Cubatã como parque, o que significa isso? Significa o seguinte, quais são as regras que estão  
1214 postas? A manutenção das quatro residências quilombolas que estão lá e a permanência das  
1215 famílias pela geração atual, depois que essas famílias não estiverem mais aqui nesse mundo e  
1216 vamos esperar bastante para que isso aconteça, quem vai decidir é a associação, então é a  
1217 associação que vai fazer a gestão dessas casas, mais a família que está hoje está garantida a  
1218 ficar lá até Deus chamar, assim como todos nós, vai acontecer um dia. É uma obrigação de  
1219 atualização do PUT e a impossibilidade de novas moradias na área da praia. O PUT é o Plano  
1220 de Uso Tradicional, então a gente tem um Zoneamento, e que vai ser construído e está sendo  
1221 construído com a comunidade, a Tatiana está envolvida nisso, mas basicamente é apoiar a  
1222 comunidade em suas decisões, o PUT tem o protagonismo da comunidade. O aproveitamento  
1223 dos usos econômicos indiretos, exclusivos pela comunidade, como é território quilombola,  
1224 quem pode fazer o ecoturismo? A comunidade. Se ela quiser chamar outro parceiro, é uma  
1225 decisão da comunidade. E outra coisa, o estacionamento e o restaurante também sendo  
1226 explorados pela comunidade. Hoje o estacionamento, a gente está avançando, vamos ter uma  
1227 cobrança ali, como acontece em qualquer lugar que se vá, e essa renda vai para a comunidade,  
1228 para fins de financiar projetos socioambientais e para melhorar o seu território. E o centro de  
1229 visitantes e a hospedaria são geridos pela Fundação. E aqui a hospedaria é muito mais para  
1230 levar as crianças da rede pública estadual, para apoiar os eventos da comunidade e também  
1231 para a gente usar como apoio à gestão, não é um uso comercial que a gente quer dar, a gente,  
1232 na verdade, quer botar a criançada lá na Praia da Fazenda para conhecer aquela maravilha.  
1233 Recategorização para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, então vamos ter uma RDS na  
1234 área da Fazenda da Ponta Baixa, com agente prospectuárias, com uma garantia de novas  
1235 residências, essa área comporta 608 novas residências. Claro, que esse é um número estimado,  
1236 mas mostra que é possível trazer e garantir o futuro da comunidade. Aí, o que a gente ainda vai  
1237 trabalhar junto agora é um Plano de Ocupação e Expansão Demográfica junto com a  
1238 comunidade para entender como é o melhor para ocupar esse território, onde que a gente tem  
1239 que se preocupar em deixar a captação de água, onde a comunidade vai querer usar para turismo  
1240 de base comunitária, onde que ela quer fazer as residências. Então, a gente vai trabalhar nisso  
1241 para que haja uma ocupação regrada... Regrada, não, sustentável, e o Plano Sustentável de  
1242 Aproveitamento de Espécies Nativas. Zoneamento, o que eu acho que é importante destacar  
1243 aqui. A gente está atualizando o PUT tanto para a área do parque como para a área da RDS.  
1244 Hoje o PUT, a própria comunidade indicou algumas coisas, se a gente vai aumentar o tamanho  
1245 das casas, a distância entre uma casa ou outra, se a gente vai entrar numa questão de varandas,

1246 isso tem que ser atualizado, vamos construir junto com a comunidade. Uma avaliação técnica  
1247 preliminar das possíveis áreas de moradia, para também orientar, para que a comunidade tenha  
1248 mais liberdade, para que não fique naquela burocracia, tem que ir lá o Carlão, o gestor, e aí eu  
1249 quero fazer referência à equipe que participou, Carlão, gestor, Diego, como diretor do litoral  
1250 norte, o Márcio, que também atuou e atua bastante no território, inclusive nascido lá e é isso.  
1251 O que eu acho que traz de inovação aqui, e acho que eu queria o Compliance Público  
1252 Comunitário, atribuições recíprocas, o que é compliance? Como que a gente sabe que essas  
1253 regras do acordo vão ser respeitadas? Acho que mais pelo estado, porque hoje essa  
1254 administração tem esse compromisso, amanhã pode ser que não tenha, ou muda o gestor e  
1255 muda a cabeça, então, porque a comunidade sempre respeitou, então a gente colocou regras  
1256 claras, então, quais são as principais atribuições da comunidade e do órgão gestor e do estado?  
1257 Quem decide o quê? Quais são as atribuições do estado? Promover a recategorização e a  
1258 desintrusão do território quilombola, de quem não é quilombola. Atribuições do órgão gestor,  
1259 que a gente trouxe aqui, a capacitação do seu corpo funcional para que esteja melhor preparado  
1260 para que eventualmente alguns ruídos, algumas brigas, a gente sabe, às vezes tem funcionário  
1261 terceirizado que faz alguma coisa, briga com a comunidade, então a gente vai ter que se  
1262 capacitar. Uma provisão de apoiar a comunidade na provisão de sua infraestrutura e  
1263 desenvolvimento sustentável e monitorar a biodiversidade e impedir infrações ambientais,  
1264 principalmente o pessoal de fora. Atribuições da comunidade, promover o desenvolvimento  
1265 sustentável e o TBC integrado com os monitores do PESM, e também atualizar anualmente o  
1266 cadastro de ocupantes, isso a gente colocou. E mais do que isso, novas moradias, porque havia  
1267 uma preocupação tanto nossa como da comunidade, de a especulação imobiliária chegar na  
1268 fazenda. Quem não quer morar naquele paraíso que a própria comunidade preservou até hoje?  
1269 Então a gente deixou regras muito claras de quem pode construir residências nessa área.  
1270 Primeiro, o autorreconhecimento, a pessoa tem que se reconhecer como quilombola, e o  
1271 reconhecimento comunitário, quer dizer, não adianta eu, Rodrigo, falar, olha, eu sou  
1272 quilombola aqui, porque eu não sou, mas eu poderia fazer essa mentira, por isso o  
1273 reconhecimento da própria comunidade, e o respeito à genealogia do laudo do Itesp, que  
1274 também ajuda e ajuda a gente ter um compliance disso. Primeiro ponto, exclusividade para os  
1275 moradores presentes, então assim, tem muita gente ainda vivendo na casa da mãe, e que está  
1276 querendo uma casa e que está lá no território, então, as primeiras pessoas, isso foi negociado,  
1277 que tem preferência é quem está lá, depois o retorno dos parentes, mas o retorno dos parentes,  
1278 eles devem ter residido no território, devem ter mantido vínculo socioafetivos com a  
1279 comunidade e a comunidade decide se eles podem retornar ou não, não é o estado, a  
1280 comunidade olha e fala: “olha, são nossos parentes, mantiveram um vínculo sócio afetivos e a  
1281 gente entende que eles têm que voltar”, por maioria absoluta da associação que vai deliberar.  
1282 Situações excepcionais também, imagina alguém que de fora casou, separou, teve filho, tinha  
1283 um enteado, também não somos nós que decidimos se fica ou se sai, quem decide? É a  
1284 comunidade. Então, situações excepcionais, é a própria deliberação do conselho da RDS, que  
1285 por 2/3 vai se manifestar: “olha, fica, não fica”. Por que que a gente teve essa preocupação? Às  
1286 vezes, não é o caso da Fazenda, mas a gente já viu em outras comunidades, vem um presidente  
1287 da associação que não representa a própria comunidade, aí ele pega lá, faz o que quer e as  
1288 coisas não andam bem e fica aquela própria briga, então a gente teve esse cuidado de trabalhar

1289 autonomia da comunidade, de decidir por meio da sua associação e respeitando essas regras  
1290 que, no final, fortalecem a própria comunidade, e aqui tudo construído em conjunto. E aí, por  
1291 fim, que também acho importante, um comitê interinstitucional formado por atores do acordo  
1292 judicial vai acompanhar o acordo, a manutenção do Conselho Consultivo do PESM para  
1293 Picinguaba, a formação de um novo Conselho Deliberativo com maioria da comunidade para  
1294 RDS e autonomia para as decisões da comunidade por meio da sua associação. Então, aqui é  
1295 um pouco das fotos, do dia do acordo, tentei separar fotos que estavam todo mundo e é isso.  
1296 Eu acho que a inovação é essa, de a gente tentar garantir a autonomia da comunidade e  
1297 protegendo tanto a área do parque como a área da RDS, e a própria comunidade do crime  
1298 organizado, que a gente sabe que está se espalhando pelo litoral norte e outras áreas do estado  
1299 de São Paulo, e também protegendo esse território da especulação imobiliária, garantindo que  
1300 hoje os netos da dona Laura, da dona Márcia, da dona Lúcia, os filhos do Marquinhos, do  
1301 Cristiano e seus netos um dia, tenham a condição de estar nesse território que é tão bom, bem  
1302 preservado por vocês. Então agradecer aqui o esforço e passar a palavra para a comunidade  
1303 poder se manifestar, e que se a doutora Maria Luiza Grabner também quiser falar, palavra  
1304 aberta, gente, vocês têm o tempo que vocês quiserem. Tentei ser breve.

1305 **02:15:58 Glória Roberta Paffi:** Cristiano, bom dia.

1306 **02:16:01 Cristiano (sobrenome):** Meu nome é Cristiano. Sou do Quilombo da Fazenda,  
1307 Litoral Norte de Ubatuba. Atualmente eu sou presidente da comunidade, e também faço parte  
1308 do Fórum de Comunidade Tradicionais, que é um movimento social que integra comunidades  
1309 caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra, Paraty e Ubatuba. E vou fazer um resumo aqui, e  
1310 contar um pouco da minha comunidade, da trajetória de luta da minha comunidade. No  
1311 Quilombo da Fazenda, nossos ancestrais e as novas gerações, eles viviam de, há mais de 200  
1312 anos de práticas culturais da pesca, da agricultura, das roças, a prática de coivara, do artesanato  
1313 e construções de casa de pau a pique. No início da criação da Unidade de Conservação de  
1314 Proteção Integral, eles criaram regras restritivas que acabaram, e essas regras sem consultar as  
1315 comunidades tradicionais que o parque se sobrepôs, acabou, gerando limitações às nossas  
1316 práticas culturais, começou a ter limite da pesca, a pesca praticamente foi proibida para nós,  
1317 mas teve limitações nas áreas de roças, para plantio de roça, da prática de coivara. Teve  
1318 limitações também nas construções, e isso acabou gerando esse impacto ao nosso modo de  
1319 vida, e gerou essas limitações para nós. Mas finalmente, hoje a gente está tendo esse acordo,  
1320 depois de 20 anos de luta que a nossa comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares em  
1321 2006, e depois de muitos anos de luta, hoje nós temos esse acordo com a Fundação Florestal,  
1322 que também está tendo um acordo judicial com o Ministério Público Federal, e quero citar  
1323 também que, de acordo com a conversão da 169, da OIT, é obrigação do governo reconhecer  
1324 essas comunidades tradicionais, reconhecer e proteger essas comunidades tradicionais, e  
1325 também as suas práticas culturais, religiosas, que são práticas que passou por gerações, desde  
1326 os nossos ancestrais que foram escravizados lá na comunidade, até a geração atual que estamos  
1327 vivendo hoje no Quilombo. Então, para nós é super importante manter essa cultura viva na  
1328 comunidade, porque sem cultura não há território. Então, para nós, é importante ter esses  
1329 valores culturais na comunidade, de viver da pesca. E muitos dos meus tios que foram  
1330 pescadores ali, profissionais, eles morreram e não tiveram a chance de ver a pesca ser, que o

1331 sonho deles era que a pesca fosse liberada na nossa comunidade para que eles voltassem a  
1332 pescar, e manter essa cultura viva no território. Mas um tio que eu tenho, e ele já não pesca  
1333 mais, e ele tem um marca passo no coração, então ele não tem mais força para ir pescar, mas  
1334 mesmo assim ele não pescando, ele comprou uma canoa, ainda com a esperança de que a gente  
1335 consiga ter essa liberação da pesca para que a gente possa pegar um peixinho para ele e tal, e  
1336 eu espero que ele não morra antes de ver isso ser liberado, antes da gente chegar nesse acordo,  
1337 porque a pesca artesanal não causa nenhum impacto, é uma pesca diferenciada, é uma pesca  
1338 que não é igual para pesca industrial, que é uma pesca predatória, que é uma pesca que acaba  
1339 com as espécies marinhas, acaba causando um impacto ali, e a gente viveu muitos anos dessa  
1340 prática e a gente tem um conhecimento, tem a consciência que pesca artesanal, que a agricultura  
1341 de coivara não causa nenhum impacto para o meio ambiente, então por isso que bem antes do  
1342 parque ser criado a gente já vivia dessas práticas e a gente entende a importância delas para nós  
1343 como comunidades tradicionais em Ubatuba, e por isso que a gente quer manter ela viva e  
1344 preservada. E como o Rodrigo falou, nós de comunidades tradicionais, nós somos os  
1345 verdadeiros guardiões da Mata Atlântica, e bem antes de ser construída a Unidade de  
1346 Conservação, essa Mata Atlântica já estava preservada. E, claro, a gente sofre muito impacto  
1347 com a especulação imobiliária, com fundiária, com os grileiros, que tentam invadir o território,  
1348 e um dos impactos que está sendo causado em Ubatuba é isso, tem muitos grileiros desmatando  
1349 a Mata Atlântica, invadindo terras, e é isso que o meio ambiente tem que olhar. E é isso que  
1350 eu tenho para dizer para vocês, é um pouco da nossa comunidade, do que a gente vive, e com  
1351 esse acordo do parque abriu um leque para nós, uma esperança, e a gente espera que isso traga  
1352 melhorias para o nosso território e que a gente possa viver em paz com as nossas práticas e  
1353 manter um modo de vida saudável e sustentável, como na nossa comunidade, assim, vivendo  
1354 da nossa cultura e preservando ela, que para nós é o mais importante. Eu vou repassar para as  
1355 lideranças aqui da comunidade, obrigado.

1356 **02:23:16 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Cristiano. Dona Laura.

1357 **02:23:21 Dona Laura (sobrenome):** Bom dia a todos e a todas. Eu quero ser bem breve,  
1358 porque eu acho que o Cristiano já complementou e a gente não precisa estar com vãs repetições.  
1359 Então eu quero agradecer imensamente ao Rodrigo, a essa nova gestão, porque foram 20 anos  
1360 de muita briga, muitos conflitos e a gente só avançou, e a gente só conseguiu com essa nova  
1361 gestão. Rodrigo, que está aí, que sempre nos apoiou, sempre olhou com muito carinho as nossas  
1362 condições, a nossa luta, a nossa cultura que se perdeu, que tinha acabado com a chegada do  
1363 tombamento do parque, e todos sabem, já foi citado aqui que a lei 169, ela nos dá esses direitos  
1364 dos tradicionais, mas tem pessoas que passam por cima de tudo isso e só quer prejudicar, não  
1365 entendendo que estávamos lá, estamos há 200 anos, quando foi tombado o parque nós já  
1366 estávamos lá e graças a Deus, com essa gestão hoje, gestão Rodrigo, a gente conseguiu,  
1367 avançou, estamos alcançando o nosso objetivo, posso dizer que a comunidade está pronta,  
1368 prontinha, tem algumas coisa ainda para ser trabalhado, tem que criar um Projeto de Lei, nós  
1369 estamos agora na construção do PUT do Quilombo, para deixar tudo acertadinho, para não ter  
1370 problema lá atrás, a RDS, entender muito bem que é para depois a gente não ter nenhum  
1371 problema com tudo isso. Mas nesse momento é tudo isso que o Rodrigo falou, podemos dizer  
1372 que estamos bem hoje e que eu tenho certeza que nós vamos avançar e com qualidade, porque

1373 eu falei para o Rodrigo, não se preocupe, nós não vamos decepcioná-los. A gente vai cumprir  
1374 direitinho e é o que nós queremos, que os nossos que se afastaram, que tiveram que ir embora,  
1375 voltem. A gente tem toda uma regra, a gente não vai permitir qualquer pessoa. São essas  
1376 pessoas que Rodrigo colocou aí, e assim, eu queria dizer também que nesse momento eu quero  
1377 fazer um apelo para que a gente tenha também participação, uma cadeira no CONSEMA, até  
1378 para cumprir o protocolo de consulta prévia, e já era para acontecer essa reunião sem a  
1379 participação da gente, e eu não acho legal. Também eu quero que a Natália, Rodrigo, visite o  
1380 nosso Quilombo, porque uma coisa é você ouvir, ver por foto, outra coisa é você escutar, ver e  
1381 sentir, então isso é muito importante. Quando as pessoas vão à nossa comunidade, elas têm  
1382 uma outra visão daquilo que é falado. Então, se ela puder um dia conhecer o Quilombo, ir lá,  
1383 vai ser muito bem recebida. E tinha mais alguma coisa que eu queria falar e eu me esqueci  
1384 agora, não me lembro. Bom resumo aqui, num grande agradecimento, muito obrigada. E dizer  
1385 que nós estamos felizes. Tem coisa ainda para ser trabalhada, tem muita luta ainda, mas o  
1386 principal já aconteceu, que é esse acordo judiciário que já aconteceu, que o Rodrigo já mostrou  
1387 ali e que eu creio que agora a pior parte já foi, as outras virão em uma parceria que eu acho que  
1388 isso a gente vai ter lá no Quilombo. Muito obrigada.

1389 **02:28:02 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhora Laura, Cristiano, senhora Lúcia, parabéns  
1390 pela conquista. Vamos passar agora para a rodada de manifestações. Lúcia?

1391 **02:28:16 Lúcia (sobrenome):** Eu queria só uma conversa com o Rodrigo. A primeira pergunta  
1392 eu não entendi, se você pudesse passar para a gente, para a gente entender sobre a praia. Da  
1393 apresentação que você fez, o primeiro item eu não entendi.

1394 **02:28:39 Rodrigo Levkovicz:** A praia é Quilombo e também parque, vai ser registrado em  
1395 nome da associação, e as regras do parque, e as quatro casas mantidas pela geração atual  
1396 garantido o direito de permanência, e aí quem que decide depois? A associação, não é o estado,  
1397 então vocês mesmos decidem o que vai acontecer, quem vai morar lá, o que vai acontecer. Isso  
1398 não é a gente que decide, não é o estado, é a própria comunidade.

1399 **02:29:16 Lúcia (sobrenome):** Obrigada, viu? E eu também queria falar um pouquinho com o  
1400 CONSEMA sobre nossa fossa dentro do Quilombo, as casas, as casas mesmo da praia, se vocês  
1401 têm algum projeto para isso, sobre os dejetos, o como a gente fazer, que o Rodrigo já conversou,  
1402 disse alguma coisa e o que vocês poderiam estar nos ajudando também nessa pauta. E eu  
1403 também gostaria de perguntar para o Rodrigo sobre o seu Donizete, como é que ficou a  
1404 situação?

1405 **02:30:01 Rodrigo Levkovicz:** O senhor Donizete também permanece ali em Sertão do Cubatã,  
1406 e no caso, quando ele deixar esse mundo, também é a associação que define que uso vai dar  
1407 para aquela casa, então, também é a associação que vai definir, mantida a geração atual.

1408 **02:30:22 Lúcia (sobrenome):** Tá ok. Obrigada a todos.

1409 **02:30:26 Glória Roberta Paffi:** Obrigada. Marquinhos?

1410 **02:30:35 Marquinhos (sobrenome):** Bom dia a todos. Eu sou Marquinhos, estou como vice-  
1411 presidente do Quilombo da Fazenda Picinguaba. Eu quero agradecer a todos que aqui estão e

1412 agradecer também pelo convite de nós estarmos aqui nesse momento para falarmos sobre a  
1413 questão do acordo judicial do Quilombo da Fazenda. Quero agradecer também ao Rodrigo pelo  
1414 apoio, a todos que nos ajudaram, e dizer para todos que o Quilombo da Fazenda é uma área  
1415 muito bem preservada e se está preservada é porque existe tradicionais dentro desse espaço, e  
1416 o Quilombo da Fazenda sempre procurou preservar, e sempre procurou estar unido junto ao  
1417 meio ambiente, porque nós precisamos respirar, nós precisamos da água, nós precisamos viver  
1418 da terra. E hoje, graças a Deus, estamos com meio caminho andado e a gente precisa, cada vez  
1419 mais, melhorar, porque sem a nossa floresta nós não existiríamos. E peço também a todos que  
1420 estão aqui, se um dia puderem, podem ir à nossa comunidade, que tudo isso que a gente está  
1421 falando aqui, vocês vão ver com o próprio olhos de vocês. É uma área muito preservada, para  
1422 nós ali, aquilo ali é um tesouro, e nós não vivemos sem o nosso território. E peço que vocês,  
1423 os conselheiros aqui que estão junto à mesa, nos ajudem, nos apoiem sobre a questão da nossa  
1424 cultura, preservar a floresta, preservar a cultura dos povos tradicionais que ali estão, dos  
1425 quilombolas, cuidando. Sobre a questão da segurança, é muito importante dentro do nosso  
1426 território, sobre a questão da especulação imobiliária, que vem como se fosse uma máquina de  
1427 rolo compressor, passando por cima de tudo, destruindo, desmatando e tirando aquilo que é o  
1428 nosso grande tesouro, que é a floresta, é a preservação das espécies que ali estão. Peço que  
1429 vocês olhem com muito carinho para a nossa comunidade e que possam cada vez mais  
1430 fortalecer e nos ajudar cada vez mais a preservar esse território, porque não existe parque sem  
1431 comunidade, e não existe comunidade sem parque. Nós temos que nos unir e trabalharmos  
1432 juntos para que nós possamos preservar aquilo que é mais valioso para nós, que é a natureza,  
1433 tudo aquilo que vive nela, ali, a nossa água, e que não venham essas invasões para dentro das  
1434 comunidades. Sabemos que Ubatuba, o município de Ubatuba é um lugar maravilhoso, aquilo  
1435 brilha nos olhos de quem entra dentro do nosso município, e se é bonito, maravilhoso é porque  
1436 nós preservamos, porque nós estamos ali naquele espaço, cuidando, e peço para vocês que  
1437 também preservem, nos ajudem a preservar a cultura daquele povo que vive ali, porque nós  
1438 não conseguiremos viver se não for dentro do nosso território, então aquele espaço ali é um  
1439 espaço preservado por nós, e é isso que eu gostaria de dizer a todos vocês, obrigado.

1440 **02:35:16 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Marquinhos. Doutora Maria Luiza.

1441 **02:35:23 Maria Luiza Grabner:** Bom dia a todos e todas, todos os presentes. Queria  
1442 cumprimentar o senhor secretário, todas as pessoas presentes aqui no CONSEMA nesse dia,  
1443 que eu acredito que, para a comunidade, especificamente do Quilombo da Fazenda, mas para  
1444 mim também, e acho que outros procuradores, defensores públicos, que atuam na defesa dos  
1445 direitos difusos, coletivos, enfim, é um dia muito importante, porque estamos aqui, fomos  
1446 acolhidos nesse espaço, que é um espaço de poder, um espaço de decisão, que sempre, não  
1447 digo aqui em relação às autoridades, mas em relação aos representantes das comunidades,  
1448 nunca houve essa recepção dessa maneira como está sendo vivenciado hoje, nesse momento,  
1449 isso já foi dito aqui pelos representantes da comunidade. Então eu sinto isso também, agradeço,  
1450 então, essa acolhida. Em relação ao acordo, como eu disse, tudo já foi falado, praticamente, a  
1451 comunidade não precisa mais de Ministério Público, nem de Defensoria, nem de ninguém, eles  
1452 estão no protagonismo, eles estão senhores dos seus direitos, eles sabem todos os seus direitos,  
1453 o que eles podem, o que eles não podem, eles reivindicam. E esse acordo foi um ensinamento

1454 para todos nós, ele é um acordo, quero crer, inédito dessa parceria do estado com uma  
1455 comunidade quilombola dentro de um parque estadual, não é federal, é estadual, na área federal,  
1456 que é a área que eu mais atuo, a gente já vê hipóteses de comunidades tradicionais e Unidades  
1457 de Conservação partilhando espaços comuns, isso sendo reconhecido por uma gestão  
1458 compartilhada, enfim, mas na área estadual eu acredito que não existia, então, isso demandou  
1459 um grande esforço. Essa causa foi reconhecida, inclusive, pelo CNJ como uma causa de grande  
1460 complexidade, um caso de grande complexidade, por isso mesmo eu acho que nós temos que  
1461 realmente elogiar e agradecer a intervenção do Gabicon, do TRF 3, pela mediadora Zélia, que  
1462 soube com muita habilidade, encaminhar todas as discussões, que não foram fáceis, levou  
1463 alguns anos para, dentro do Gabicon, da conciliação, para que arestas fossem aparadas, para  
1464 que desconfianças fossem afastadas e surgisse então o que é necessário para uma boa  
1465 negociação, o respeito e a boa fé, que é o que a convenção 169 da OIT fala também, quando  
1466 diz que as comunidades, principalmente, tem que ser ouvidas, escutadas, mais do que ouvida,  
1467 escutadas efetivamente, e eu acho que esse acordo escutou a comunidade, foi um grande  
1468 exercício de escutaria, de levar em conta os seus anseios, suas suas dificuldades, e com muita  
1469 paciência também explicarmos coisas do ponto de vista jurídico, que nem sempre são fáceis, e  
1470 ao mesmo tempo afastar desconfianças dos representantes do estado, digamos assim, que  
1471 historicamente, em São Paulo, principalmente, eu sou testemunha disso, tinham muita  
1472 desconfiança da presença de pessoas dentro de Unidades de Conservação. Falando isso já vou  
1473 me despedir e agradecer. Eu estou aqui representando um corpo jurídico, até porque eu moro  
1474 aqui em São Paulo, então ficou mais fácil. Mas tem uma procuradora da República chamada  
1475 Valquíria Picoli, que ocupa o ofício socioambiental do litoral norte do MPF, que na ponta,  
1476 todos que estão aqui podem testemunhar o esforço e a dedicação dessa procuradora. Tem uma  
1477 outra advogada popular, advogada do Quilombo, da comunidade, que é a Patrícia, também  
1478 quero homenageá-la, porque de uma dedicação ímpar e um conhecimento jurídico ímpar  
1479 também. E além disso, nós contamos, na primeira fase até a realização do acordo, com uma  
1480 defensora pública, também da União, a Ana Lúcia, que eu também homenageio aqui, e a  
1481 Procuradoria do Estado de São Paulo, no fim, e o Itesp e todas as pessoas das áreas jurídicas  
1482 dessas instituições se reuniram com uma função, um objetivo, aplicar direitos fundamentais.  
1483 Nós estamos falando não só dos direitos das comunidades fundamentais, que estão na carta  
1484 magna, que estão na Convenção 169, mas os direitos à proteção ambiental também, o que nós  
1485 poderíamos chamar de socioambientais, direitos socioambientais, eu acho que conseguimos  
1486 isso nesse caso até agora, mas ganhamos um filho, o acordo, que tudo isso é um filho, vamos  
1487 ver se a gente consegue cuidar desse filho, porque agora a execução vai demandar muito  
1488 esforço e principalmente, queria pedir um esforço grande de mobilização do estado de São  
1489 Paulo para aprovação do Projeto de Lei da RDS, que é a cereja do bolo neste acordo todo, está  
1490 bom? Obrigada, gente.

1491 **02:40:59 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutora Maria Luiza, pelos brilhantes  
1492 esclarecimentos. Vamos passar agora para a doutora Amanda.

1493 **02:41:07 Amanda Modotti:** Bom dia a todos e a todas. Eu não pude estar aí presencialmente,  
1494 mas essa questão de, até como suplente do Daniel no CONSEMA, participar da reunião de  
1495 hoje. Primeiramente, eu queria também prestar minha homenagem aqui a Cris Murgel, fará

1496 muita falta aqui no CONSEMA, Cris, com toda sua expertise técnica, enfim, sua  
1497 combatividade. Desejo sorte, viu, Cris? E com relação ao Quilombo, agradecer a presença de  
1498 toda a comunidade, falar que esse acordo não seria possível sem o apoio, sem a conversa com  
1499 a comunidade, claro. E foi um acordo histórico, não só para a comunidade, mas para a nossa  
1500 comunidade jurídica também, porque foi um marco no estado de São Paulo que a gente não  
1501 tinha, a gente teve que construir, e com isso agradeço a parceria dos atores jurídicos, doutora  
1502 Maria Luíza, a doutora Valquíria, sempre muito combativa, a Patrícia, enfim, foi só com a  
1503 união dos nossos colegas que a gente chegou num denominador comum, juridicamente falando,  
1504 e conseguiu desemaranhar essa teia de leis e decretos e compatibilizar o direito quilombola  
1505 com o direito ambiental. E bom, acho que é isso, vamos cuidar desse filho, né? Agradecer à  
1506 Célia também, foi fundamental a parceria nessa mediação, em outras que temos também, a  
1507 Célia é, assim, fora da curva, e acho que sem ela também, dificilmente esse acordo sairia. E é  
1508 isso, gente, obrigada e parabéns. Vamos cuidar desse filho, como disse a doutora Maria Luiza.

1509 **02:42:57 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutora Amanda. Vou passar a próxima inscrita,  
1510 Cris Murgel.

1511 **02:43:01 Cristina Murgel:** Queria, primeiro, parabenizar a Procuradoria, Fundação, o  
1512 governo do estado de São Paulo, o Itesp, todos os envolvidos. Em nome da Secretaria, hoje o  
1513 Itesp faz parte dessa Secretaria, esse é um caso emblemático, é um caso que vem por muitos  
1514 anos nessa negociação. A gente se dá conta de que o primeiro estudo feito pelo Itesp data de  
1515 2007, veja, nós caminhamos quantos anos para que realmente houvesse essa conciliação e a  
1516 gente conseguisse entender essa realidade. É emblemático, e eu acredito, para esse próprio  
1517 CONSEMA, que tem atribuição de analisar Planos de Manejo e Unidades de Conservação,  
1518 criação de parques, e começa a entender, então, como essas variáveis podem se compor, sim,  
1519 e podem conviver. Eu fico muito feliz, nessa minha última reunião, de estar assistindo esse  
1520 acordo. Eu gostaria de realmente parabenizar a todos, e eu acho que é um exercício prático,  
1521 muito interessante e que vai se somar para o futuro, contribuindo muito para solucionar outras  
1522 questões, que talvez não de mesma natureza, mas a gente sabe que existem outros conflitos e  
1523 outras questões que podem sim caminhar para acordos e uma convivência grande entre a  
1524 conservação e a ocupação e desenvolvimento. E aproveito aqui também para agradecer as falas  
1525 carinhosas de todos. Muito obrigada.

1526 **02:44:48 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Cris Murgel. Próximo inscrito, Fernando Prioste.

1527 **02:44:51 Rodrigo Levkovicz:** Só uma parte Prioste, desculpa. Que a dona Laura elogiou, dona  
1528 Laura, só é possível porque a gente teve um secretário e uma secretária que apoiaram e porque  
1529 a gente tem uma equipe técnica, aqui está o Diego, está a Tatiana, Márcio, o Carlão, a Camila  
1530 que atuou lá atrás, que fizeram um documento bastante consistente do ponto de vista técnico,  
1531 que deixou que a gente encaminhasse a proposta, então eu agradeço o elogio, recebo ele como  
1532 Fundação Florestal e faço honra as homenagens para nossa equipe. Camila aqui, que também  
1533 tinha fugido e voltou, mas graças a eles é que a gente conseguiu encaminhar, mas a gente  
1534 agradece bastante.

1535 **02:45:37 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Rodrigo. Fernando.

1536 **02:45:39 Fernando Prioste:** Bom, eu também quero aqui reconhecer a importância histórica  
1537 mesmo da celebração desse acordo, porque eu, mesmo sendo advogado popular, militando há  
1538 quase 20 anos nessa temática, eu não acredito, por experiência própria, que a solução desses  
1539 conflitos se dá pelo litígio. A decisão judicial pode pôr fim a um processo, mas ela não põe fim  
1540 necessariamente a um conflito. Então, o acordo é, na minha forma de ver, o único caminho de  
1541 fato eficaz para solucionar esse tipo de conflito, e é preciso reconhecer que tanto a comunidade  
1542 como o estado estiveram abertos a celebrar esse acordo, e a celebração dele, eu acredito que  
1543 deve ser espriada para todos os outros casos, independente de judicialização ou não, para  
1544 resolução dessas questões, porque a caminhada é longa, mas toda caminhada começa com o  
1545 primeiro passo, seja ela curta ou longa, e essa caminhada é muito longa. Mas eu fiz uma análise  
1546 também muito detida dos autos, do acordo, tenho dialogado sobre essas questões, vou pedir até  
1547 licença para parafrasear a doutora Grabner nesse livro que tem aqui, que o Luiz ajudou a  
1548 organizar, é que ela tem um texto escrito, que é sobre o consulta prévia, e ela inicia a conclusão  
1549 do texto dela dizendo assim, “olha, apesar do do viés crítico da análise, a gente reconhece  
1550 muitos avanços do direito de consulta no TRF 3”, e eu também, apesar das críticas que eu vou  
1551 fazer aqui, a celebração do acordo, e algumas são sugestões de contexto e outras críticas mesmo  
1552 ao acordo, eu recebo com elogios essa questão, acho que é fundamental, eu acho que a gente  
1553 pode partir para a celebração de outros acordos, em outras situações, e tem questões que eu vou  
1554 colocar aqui, que elas estão no acordo, eu vejo elas e outras que não estão, mas que eu acho  
1555 que é importante para a gente contextualizar. A primeira é que essa ação é uma ação de combate  
1556 ao racismo, porque como a comunidade falou, e parabéns pela fala, eu acho que foram falas  
1557 excelentes aqui, porque são falas altivas que não se dobram ao poder do estado e colocam a  
1558 comunidade e fala, olha, nosso objetivo é esse aqui, e fazer esses acordos é combater o racismo,  
1559 porque esse povo está há tantos anos nessa terra, mas não tem seus títulos, a gente já discutiu  
1560 isso aqui muitas vezes e a celebração do acordo é um caminho. E na celebração desses acordos,  
1561 eu acho que a gente precisa ter muita atenção para meios para decidir com autonomia. A nossa  
1562 sociedade diz que a celebração do contrato se dá entre partes livres e autônomas entre si, mas  
1563 existe um desbalanço muito grande entre o poder do estado e a capacidade econômica, inclusive  
1564 o poder político das comunidades. Então eu acredito que o estado, e aqui eu acho que ele  
1565 exerceu esse papel até certa medida, deve agir com uma certa autocontenção do seu próprio  
1566 poder para poder celebrar um acordo com justiça. Autocontenção é o quê? É o estado não  
1567 passar o trator por cima, porque o estado tem muito poder, vocês viram o trator passando, eu  
1568 acredito muitas vezes por ali. Então acho que a autocontenção é fundamental. A terceira  
1569 questão, que também foi debatida aqui, está presente no acordo, é que a crise ambiental não é  
1570 responsabilidade de povos e comunidades tradicionais, mas eu vejo um desbalanço do  
1571 tratamento do estado com as comunidades tradicionais e outros sujeitos. Por que esse  
1572 desbalanço? Porque, apesar de firmado o acordo, eu vejo várias cláusulas que restringem a  
1573 comunidade. Aqui não pode morar, aqui não pode pescar, aqui não pode fazer casa, mas eu  
1574 vejo, ao mesmo tempo, o estado liberando empreendimentos como a Riviera de São Lourenço,  
1575 no mesmo período histórico de 30 anos desse debate aqui. Quem conhece a Riviera de São  
1576 Lourenço sabe que a partir do início da década de 90, final dos anos 80, a Sobloco fez  
1577 construções ali que não deixou um pé de jundu. Os apartamentos ali são ditos pé na areia, ele  
1578 está literalmente em cima da faixa de areia, os apartamentos. Então eu vejo uma certa injustiça

1579 ambiental, porque a Sobloco pôde tudo naqueles apartamentos milionários, mas a comunidade  
1580 tem severas restrições e o racismo ambiental está circunscrito nessa questão porque não é por  
1581 acaso que a Unidade de Conservação foi criada lá e não na área da Sobloco, lá para trás. Então  
1582 acho que essas questões, elas precisam ser vistas com muita cautela, as limitações aos manejos  
1583 tradicionais. Outra questão é que, e eu concordo muito com o Rodrigo que ele disse isso, é  
1584 limitar a discricionariedade dos agentes públicos, essa precisa ser uma política de estado, que  
1585 foi resolvida por iniciativa política desse governo, que é de salutar importância, mas a gente  
1586 precisa fazer instrumentos, e eu acho que isso ainda está para ser feito, que garante que essa  
1587 discricionariedade lá na frente não afete esse acordo, e a gente sabe, a comunidade sabe bem  
1588 quem advoga, atua, sabe bem que as entrelinhas sempre deixam brechas interpretativas. E é  
1589 difícil no direito conter arbitrariedade, mas é possível construir instrumentos. Outra questão,  
1590 eu acredito que sempre onde há um território de povos e comunidades tradicionais, seja a  
1591 sobreposição onde ela estiver, inclusive em Zonas e Unidades de Proteção Integral, as  
1592 comunidades devem ter acesso a toda legislação que lhe diz respeito, por exemplo, a resolução  
1593 098, da roça tradicional, não sei se vocês conhecem, eu não conheço a comunidade, um dia eu  
1594 vou querer conhecer também, mas é uma resolução que ela permite às comunidades fazerem  
1595 roça foi uma mudança muito grande no estado, mas elas não permitem nos parques, e eu acho  
1596 que isso daqui a gente precisa discutir com bastante cuidado. Encaminhando aqui para  
1597 sugestões, e depois duas críticas mais pontuais ao próprio acordo, eu acredito que precisa ser  
1598 desenvolvida, subsecretário, uma política estadual, uma espécie de plano estadual de resolução  
1599 de todos esses conflitos de sobreposições com comunidades tradicionais, para que a gente não  
1600 dependa da judicialização para trazer a oportunidade de fazer o acordo. A oportunidade ela está  
1601 dada a todos nós, aos gestores públicos, nós, o CONSEMA, as comunidades. Eu tenho certeza  
1602 que não há comunidade que está fechada a celebração de acordo, vai discutir tecnicamente o  
1603 acordo, mas acho que uma política, uma ação política, e aí é de governo, não é de estado, de  
1604 falar, olha, nós vamos dar passos para resolver todas as situações de conflito, inclusive aquelas  
1605 emblemáticas com o da juréia. Eu vejo também questões que eu acho que são complexas,  
1606 porque a gente está discutindo o acordo da titulação do território Quilombola da Fazenda, mas  
1607 o estado de São Paulo, ele não tem uma política de titular todos os territórios quilombolas  
1608 através do Itesp. Não há sequer um planejamento, uma meta, nada. Se for seguir o ritmo das  
1609 titulações hoje são mais de 130 anos para todos os quilombos serem titulados, isso é  
1610 absolutamente inconstitucional. Então é missão da Secretaria de Agricultura, porque é quem  
1611 tem, vamos dizer, a batuta, elaborar esse plano e efetivar. E aqui também reconhecendo o papel  
1612 da conselheira Cristina Murgel, nós tivemos vários diálogos aqui, algumas convergências,  
1613 poucas, mas sempre um diálogo muito respeitoso com base na técnica, e no caso do quilômetro  
1614 de Ilhas que a gente estava falando, eu tive acesso a esse procedimento em maio também, ele  
1615 só tem 13 páginas, das quais oito têm alguma coisa escrita nela, então a comunidade não teve  
1616 acesso ao procedimento até hoje, e mesmo as questões fundiárias, o mapa fundiário, deve ser  
1617 de acesso da parte naquele processo, nada deve ser escondido das comunidades quilombolas  
1618 que digam respeito ao direito delas, então ainda há necessidade de ter acesso. E aí também, eu  
1619 acredito, eu li o acordo com muita cautela, e eu acho que tem um certo desequilíbrio nos  
1620 compromissos e obrigações assumidas neste acordo. Por que um certo desequilíbrio? Porque a  
1621 comunidade não pode, já tem várias restrições, aqui você não vai mais poder construir casa,

1622 aqui você não vai poder fazer roça, aqui você não vai poder várias coisas, mas o estado de São  
1623 Paulo, ele só assina compromissos. Ah, o compromisso de recategorizar, o compromisso de  
1624 titular, o compromisso de fazer um PUT. Mas também faltam elementos para fazer o tal do  
1625 cumprimento do acordo lá na frente, que na decisão judicial veio com um pouco mais de  
1626 eficácia, né? Então, acho que esses compromissos do estado, eles precisam estar mais  
1627 presentes, não só em vou fazer no futuro, mas na hora da celebração do acordo, entregar o  
1628 título, na hora da celebração do acordo, fazer aquilo que é possível. Não é possível o estado  
1629 recategorizar por ele mesmo, porque depende da Assembleia Legislativa, mas precisa ter uma  
1630 cláusula que seja maior do que no futuro nós vamos negociar, é dizer assim, hoje seus direitos  
1631 estão garantidos. Como disse aqui o Cristiano, eu entendo como dificuldade. Olha, celebramos  
1632 o acordo, mas meu tio não pode pescar até hoje, então eu vejo que tem, eu acho que tem coisas  
1633 que já poderiam andar. E por fim, duas questões que na minha forma de ver, com todo o respeito  
1634 a todos os partícipes que celebraram esse acordo, que não poderia se repetir em mais nenhum  
1635 acordo desse tipo, porque são cláusulas que violam a Constituição Federal e violam  
1636 principalmente julgado do Supremo Tribunal Federal na ADI 3239. O primeiro deles é uma  
1637 cláusula de reversibilidade do título fornecido à comunidade com apoio no parágrafo único do  
1638 artigo 3º do Decreto 28.389, de 98. Essa legislação, ela diz o seguinte, quando você vai fazer  
1639 uma concessão de terra para o particular, o particular tem que assumir que, se ele não respeitar  
1640 o meio ambiente, a terra é devolvida para o estado, mas isso daqui é absolutamente inaplicável  
1641 às comunidades tradicionais, porque a Constituição diz o seguinte, a Constituição que diz: a  
1642 titulação é definitiva. Por que definitiva? Porque as comunidades estão cansadas do arbítrio  
1643 secular do estado e dizer, aqui você pode, aqui você não pode, você não respeitou o meio  
1644 ambiente e devolve essa terra, e eu sou testemunha, mas as comunidades são muito mais e aqui  
1645 foi dito, sempre preservaram, mas o estado reprimiu e ainda reprime. Então, no futuro, esse é  
1646 o tipo de brecha jurídica que não pode ser colocada porque o estado retira o título legítimo  
1647 dessas comunidades. Então, doutor Daniel, doutora Amanda, eu exorto a Procuradoria que  
1648 reveja esse parecer. Inclusive, a gente está tentando um diálogo com a Procuradoria Geral para  
1649 discutir isso, não no caso da fazenda, mas em outros todos os títulos que foram concedidos,  
1650 que eles foram concedidos, inclusive antes da decisão judicial de 2008, do Supremo Tribunal  
1651 Federal. Então, acho esse tipo de cláusula que diz assim, ó, a comunidade pode perder o título  
1652 da sua terra se não respeitar o meio ambiente, ela é muito aberta e dá fragilidade jurídica para  
1653 a comunidade e não cumpre com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal. E a última questão  
1654 diz respeito ao papel da genealogia do Itesp, na definição de quem é ou quem não é quilombola,  
1655 porque essa questão também foi vencida no Supremo Tribunal Federal. Havia um debate lá  
1656 dizendo assim, qual é o conceito de Quilombo? De um lado, se filiavam as pessoas que diziam  
1657 assim, só é Quilombo aquele que provar que descende de alguém que fugiu da escravidão lá  
1658 atrás. E, de outro lado, que estávamos nós, as comunidades quilombolas, diz assim: não, de  
1659 jeito nenhum. Quilombo é o local da experiência da liberdade. Quilombo é o local da  
1660 experiência da resistência histórica sofrida à opressão racial, independente de uma árvore  
1661 genealógica, e todo o profissional, no qual me incluo, mas também os antropólogos, têm  
1662 dificuldades para fazer uma genealogia de uma comunidade de 200 anos, e sempre vai escapar  
1663 alguma coisa. A autoatribuição não pode estar condicionada a uma genealogia de um relatório  
1664 do Itesp que, como todo ser humano, é falho e que se provou, em outras comunidades, que é

1665 falho na definição de quem é e o que não é tradicional. Cabe ao estado, como a Fundação  
1666 Cultural Palmares, relatório do Itesp, atestar a existência de uma comunidade. Agora, quem é  
1667 o comunitário, depende da deliberação da associação e não de um conselho da Resex, porque  
1668 quando a gente diz, olha, casos extraordinários vão para o conselho da Resex, o estado sempre  
1669 tem maior poder nesses conselhos e pode decidir que fulano de tal, que é autorizado pela  
1670 comunidade, não seja reconhecido como quilombola por qualquer fator. E veja, essa questão  
1671 de pessoa que sempre morou lá é muito delicada, por que delicada? Porque essas pessoas estão  
1672 sofrendo há mais de 50 anos sobre a pressão. E alguém que saiu para estudar em São Paulo,  
1673 ainda pequenininho, que nasceu em São Paulo e depois quer voltar para a Fazenda com a  
1674 concordância da associação, não pode ser impedido, porque no passado ele foi impedido de  
1675 morar ali por um árbitro do estado. Então eu exorto de novo a importância desse acordo, acho  
1676 que tem questões que precisam ser aprofundadas, e também fazer coro. eu já disse isso aqui  
1677 várias vezes na reunião do CONSEMA, dona Laura, esse CONSEMA se engrandecerá com  
1678 uma cadeira destinada a povos e comunidades tradicionais. E aí, Roberta, conforme o nosso  
1679 combinado, eu já passo de imediato a palavra para o Edmilson se manifestar também, está  
1680 bom?

1681 **02:58:12 Glória Roberta Paffi:** Só o Rodrigo complementar a sua fala, por gentileza? Então  
1682 segue, Edmilson, por favor.

1683 **02:58:20 Edmilson (sobrenome):** Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Edmilson, sou  
1684 Caiçara, sou da comunidade Rio Verde e Grajaúna, Litoral Sul de São Paulo, onde a minha  
1685 comunidade também desde 86 vem sobreposta pela Unidade de Conservação Juréia-Itatins.  
1686 Então a gente fica muito feliz em saber que o Quilombo da Fazenda conquistou esse acordo  
1687 depois de muita luta, com certeza da comunidade. E também venho pedir que esse diálogo vá  
1688 para as outras comunidades também onde são afetadas por Unidades de Conservação, assim  
1689 como a nossa e a de todo do litoral e de todo estado de São Paulo. E eu faço aqui um pedido  
1690 também ao senhor secretário, para ir visitar a nossa comunidade, e através do senhor também  
1691 a secretária, Natália Resende, para ir lá visitar nossa comunidade e ver nossas problemáticas  
1692 que nós temos na nossa comunidade, se um dia o senhor conseguir. E também a gente  
1693 acompanha as reuniões do CONSEMA, e a gente sabe da ideia da criação de um grupo para  
1694 trabalhar essas comunidades com sobreposição, então a gente fica muito feliz que se crie esse  
1695 grupo junto às comunidades para conseguir chegar num acordo com todas as comunidades que  
1696 são afetadas por Unidade de Conservação e outros. Eu acho que é isso.

1697 **03:00:29 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Edmilson. Rodrigo, por gentileza.

1698 **03:00:32 Rodrigo Levkovicz:** Eu só quero desfazer alguns mal entendidos. Prioste, me coloco  
1699 à disposição para te explicar melhor. A questão de quem decide quem volta ou não para o  
1700 território é a comunidade que faz, esse é o primeiro ponto. O estado não traz essa decisão, saber  
1701 se é parente ou se manteve o vínculo socioafetivo, quem decide é associação por maioria  
1702 absoluta. A gente sequer tem assento dentro da associação, então acho que isso é importante.  
1703 O segundo ponto que eu discordo é que nas RDSs a maioria é formada pela comunidade, e o  
1704 nosso ponto aqui é apoiar a comunidade, então também acho que não há esse desequilíbrio no  
1705 conselho de RDS, porque o estado não tem maioria e quem tem maioria é a comunidade e a

1706 gente tem uma boa relação. Eu sei que as coisas têm que ser de estado, não de governo, mas  
1707 também os conselhos da RDS quem decide, por maioria, sempre é a comunidade. O terceiro  
1708 ponto é que a gente assumiu compromissos de tempo para as coisas acontecerem. Por exemplo,  
1709 a recategorização RDS, ela tem um ano a partir da assinatura do acordo, então ela também não  
1710 ficou solta. E também não vejo que ficaram mais obrigações, eu acho que se você olhar,  
1711 inclusive, nos itens, obrigações do estado, do Itesp, da Fundação, a gente tem muito mais  
1712 obrigação, porque a gente está muito mais num saldo devedor do que a própria comunidade,  
1713 ao que a comunidade se comprometeu, além de toda a preservação histórica que já faz, eu acho  
1714 que teve um compromisso de atuar junto com os monitores do PESH em alguns atrativos e  
1715 fazer essa atualização de ocupantes para que a gente ajude a evitar a especulação imobiliária.  
1716 Talvez até porque esse foi um processo de negociação que foi bastante acompanhado por várias  
1717 pessoas. Em relação à cláusula da irreversibilidade, a gente teve essa discussão, eu acho que é  
1718 uma coisa para avançar mesmo. O que a gente percebe é que, na prática, ela é inaplicável, essa  
1719 é a grande verdade. Porque, ah, vai voltar e vai fazer o que? Então assim, mas é uma discussão  
1720 para a gente avançar. Mas eu te convido a estudar melhor esse acordo, porque na sua fala eu vi  
1721 que tinha algumas más compreensões, mas eu fiz questão de pedir a palavra, porque algumas  
1722 coisas você tocou e isso foi muito negociado com a própria comunidade, principalmente essa  
1723 autonomia de decisão de quem volta, aonde faz. A restrição de construção de novas moradias  
1724 está vinculada à praia, até por uma questão de estágio de vegetação, lá a gente tem ali uma área  
1725 de Restinga, em estágio avançado de conservação, então, não poderia... também não foi um  
1726 embate colocado para a própria comunidade que entendia que as casas que estão lá são as casas  
1727 que deveriam ficar e a gente assegurou isso. E por fim, eu acho que uma bandeira que este  
1728 acordo traz e que talvez seja a principal é: Unidade de Conservação, talvez parque não, tenho  
1729 certeza que não. Mas Unidades de Conservação e comunidades podem e devem andar juntos,  
1730 eles se complementam. Da parte da comunidade a gente sabe que vamos ter os guardiões lá, e  
1731 da parte do estado, o estado vai apoiar contra a especulação imobiliária, contra o crime  
1732 organizado, e tem uma porta aqui que é o CONSEMA e a Secretaria de Meio Ambiente, que  
1733 sempre vai estar apoiando nessas questões. Mas eu quis fazer esse registro para deixar claro  
1734 quem vai decidir quem volta, gente, claro, dentro das pessoas que estão lá, essa a genealogia  
1735 não teve nenhum problema, são vocês, vocês que vão saber. “Ah, a gente tem vínculo  
1736 socioafetivo, é nosso parente. Ah, não é nosso parente, mas a gente entende que é um caso  
1737 excepcional. Quem vai decidir o conselho do RDS”, que vocês têm maioria. Então, assim, até  
1738 por respeito desse processo de 20 anos de negociação e de todos os atores que entraram e que  
1739 conhecem profundamente o território, eu acho que eu quis fazer esse esclarecimento, me coloco  
1740 à disposição para tratar essas questões, mas sim, a cláusula de reversibilidade é uma coisa que  
1741 a gente tem estudado e que quer aprimorar para que ela não conste nos próximos acordos, e  
1742 nesse a gente viu que ainda havia uma inaplicabilidade prática, tá bom, mas é esse o  
1743 esclarecimento.

1744 **03:05:17 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Rodrigo. Próximo inscrito, doutor Daniel.

1745 **03:05:28 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Roberta. Eu vou trocar de lugar porque eu quero olhar  
1746 para a comunidade. Em primeiro lugar, sejam muito bem-vindos novamente aqui ao conselho.  
1747 É uma satisfação enorme recebê-los. Eu trabalhei nesse acordo lá atrás, lá no século retrasado.

1748 Trabalhei lá atrás e ao lado aqui dos meus colegas, a doutora Amanda, o Rodrigo. Nós três,  
1749 enquanto procuradores, trabalhamos nesse processo em sucessão. Eu inicialmente, depois o  
1750 doutor Rodrigo, depois a doutora Amanda. Então como operadores do direito que somos, acho  
1751 que falo aqui em nome de nós três. O Rodrigo hoje, como Fundação Florestal, mas estou  
1752 falando dele um pouco como procurador. Então para nós, como operadores do direito, acho  
1753 que é uma satisfação muito grande ver o nosso trabalho sendo concretizado. Então, não tem  
1754 uma alegria maior para nós e, eu digo isso em relação a qualquer processo, de ver o nosso  
1755 trabalho, nosso esforço diário sendo concretizado. E dona Laura, eu fiquei bastante emocionado  
1756 aqui com a fala da senhora, porque eu estive lá, acho que a senhora não vai se lembrar de mim,  
1757 porque faz muitos anos, mas eu estive lá e ouvi, vivi e senti a realidade lá de vocês. Então, em  
1758 primeiro lugar, parabéns pelo local, é de fato um local belíssimo, muito bem conservado, graças  
1759 à atuação de todos. Agradeço novamente, como eu agradei naquele dia, a recepção que tive.  
1760 Fui muito bem recepcionado, vocês me mostraram toda a área do Quilombo, fizeram um lanche  
1761 maravilhoso para mim, que eu lembro até hoje, e nós conversamos bastante. E acho que é um  
1762 registro que eu gostaria de deixar aqui para o CONSEMA. Quando eu cheguei lá eu tinha  
1763 muitos conceitos que eu aprendi nos livros, porque eu não sou descendente de quilombola, mas  
1764 eu estudei, e eu tinha muitos conceitos que eu fui aprendendo nos livros, mas quando eu estive  
1765 lá, e eu me lembro que a viagem de volta, às 4 horas de volta lá de Ubatuba até aqui, de  
1766 Picinguaba até aqui, eu revi todos esses conceitos que eu tinha aprendido nos livros e aí eu fui,  
1767 a partir daquela nossa conversa e olhando lá, e além de nós, tinham outros profissionais,  
1768 também tinham antropólogos presentes e profissionais de outras áreas, que não só do direito,  
1769 eu consegui entender tudo aquilo que as pessoas estavam falando, e acho que eu saí de lá um  
1770 ser humano muito melhor do que eu cheguei, porque consegui entender de fato o que era um  
1771 Quilombo, como eram essas comunidades e todos esses vínculos existentes, então, eu agradeço  
1772 demais por ter tido essa oportunidade e hoje por ter essa oportunidade de ver esse acordo, que  
1773 eu acho que foi um acordo muito bem feito, maravilhoso, que trouxe uma pacificação para esse  
1774 território e uma pacificação com o que há de melhor, porque garantiu a presença dos senhores  
1775 lá, de vocês todos lá e podendo viver a prática, a vida como vocês gostam de viver,  
1776 maravilhosamente, e também para nós, a proteção do meio ambiente, como colocou aqui a  
1777 doutora Maria Luiza, isso tudo é muito importante para todos nós. Então, muito obrigado,  
1778 parabéns pela atuação de todos vocês, parabéns pela atuação de todos os profissionais  
1779 envolvidos neste acordo. Eu acho que é um avanço para o estado de São Paulo, digno de  
1780 registro e eu fico, particularmente, muito feliz na minha vida profissional de ter tido a  
1781 oportunidade de trabalhar neste acordo em dois momentos distintos e, hoje, ver isso tudo sendo  
1782 concretizado. E se vocês me convidarem, eu faço questão de voltar lá, com o meu filho, que  
1783 hoje tem nove anos, e mostrar para ele: “olha, o papai esteve aqui e olha que que coisa bonita”,  
1784 e como isso é importante para as gerações futuras também, eles hoje que são pequenininhos,  
1785 mas que eles também se apoderem de tudo isso e que possam ter a visão que hoje de forma  
1786 privilegiada eu tenho. Por fim, eu queria só fazer um registro, Roberta, que é um registro aqui  
1787 da autoridade, que é a doutora Maria Luiza Grabner na área ambiental. Doutora, eu acho que  
1788 eu faço questão de fazer o registro aqui, na ata do CONSEMA, da sua importância na área do  
1789 direito ambiental. Doutora Maria Luiza Grabner, ela é uma profissional de extrema qualidade,  
1790 dedicada, muito inteligente, muito aplicada e principalmente nessa área ambiental. Então, eu,

1791 no meu mestrado, eu escrevi sobre Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação e li  
1792 muitos artigos, muita doutrina elaborada pela senhora, que como eu disse, é uma autoridade,  
1793 uma referência para todos os operadores do direito que atuam e que gostam e que trabalham  
1794 com a área ambiental. É um prazer, é uma honra receber a senhora aqui no CONSEMA. Muito  
1795 obrigado.

1796 **03:12:30 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutor Daniel, emocionou a todos. Eu passo aqui  
1797 também a palavra ao senhor Belô. Voltou para o Prioste?

1798 **03:12:43 Fernando Prioste:** Primeiro assim. Eu queria já aceitar o convite do Rodrigo para  
1799 discutir essa questão. Acho que isso daqui é o norte para resolução de várias questões e temos  
1800 uma na mesa que é *la bombas*, e eu acho que o caminho da resolução passa por aqui. A segunda  
1801 questão é que, com todo respeito, acho que não são incompreensões do acordo. Acho que é  
1802 uma compreensão jurídica e política da leitura do texto do acordo, frio, porque eu tive várias  
1803 experiências semelhantes. A gente celebra o acordo, muitas coisas ficam no ar, algumas vão  
1804 parar no papel. E a leitura fria de quem não participa do acordo e que lê o papel tem uma  
1805 interpretação jurídica que vai ter reverberação lá para frente. E eu leio esse acordo, nas  
1806 restrições, e penso o seguinte, bom para pessoas, não está dito quais são as causas excepcionais,  
1807 em que a RDS vai dizer quem pode ou quem não pode entrar no Quilombo, ser reconhecido  
1808 como quilombola. E a votação de 2/3 do conselho é uma votação pesada, que não depende só  
1809 da comunidade, depende de outras composições do conselho. E mais abaixo tem um dispositivo  
1810 que diz que é o gestor da Unidade de Conservação que vai autorizar novas construções, então  
1811 veja, se a pessoa vai morar lá, ela precisa de uma casa, ela precisa de uma nova construção,  
1812 então nem que a comunidade aceite, se o gestor da unidade, não o conselho, o gestor da unidade  
1813 falar, não pode, não vai construir. Então acho esse tipo de coisa que a gente precisa discutir. E  
1814 quando eu digo dos compromissos, eu vi que tem vários compromissos de preservar, de zelar,  
1815 que são aqueles compromissos genéricos que eu acho que até já estão na lei, é parte do papel  
1816 da Fundação Florestal. Eu digo dessas questões que são objetivas. Objetivamente, eles já não  
1817 podem fazer muitas coisas, porque está no acordo, mas objetivamente, nesse compromisso,  
1818 tome o título, tome aqui o PUT, ele ainda não está no acordo, por isso que eu acho que é, vamos  
1819 dizer assim, eu fiquei até afastado do CONSEMA por dois meses por causa de uma licença  
1820 paternidade. Aliás, deveria ser direito fundamental uma licença paternidade de dois meses,  
1821 porque a gente não pode jogar todas as responsabilidades na mulher. Voltei aqui depois dessa  
1822 licença, olhando essa questão, olha isso aqui é um filho que a gente precisa cuidar, a gente diz,  
1823 até a ciência diz que quando a criança nasce ela tem uma extero gestação, porque ela ainda é  
1824 quase uma... E eu vejo esse acordo nessa extero gestação, é uma criança que vai nascer quando  
1825 os direitos das comunidades quilombolas estiverem aqui, presentes no papel, assegurados,  
1826 quando o título tiver no Quilombo da Fazenda dizer, agora tem um acordo. E por último, fazer  
1827 uma pequena propaganda desse livro aqui, que é um livro que foi organizado por nós lá,  
1828 Instituto Socioambiental, participei também, que é um compêndio de decisões judiciais de  
1829 todos os tribunais regionais federais, do STJ, do STF, da Corte Interamericana de Direitos  
1830 Humanos, sobre decisões judiciais no tema de consulta livre, prévia, informada e além do  
1831 compêndio da decisão cada tribunal tem um texto assinado por mais de uma pessoa. Aqui de  
1832 São Paulo, é do doutor Toshio, que é defensor público, da doutora Maria Inês, que é

1833 desembargadora, e da doutora Grabner, que fazem uma análise muito criteriosa das decisões  
1834 judiciais no tema de consulta, que é um tema muito caro que a dona Laura trouxe aqui para  
1835 nós, eu tenho alguns exemplares também para deixar aqui com os senhores e as senhoras e  
1836 quem quiser também está disponível na internet. E por último mesmo, para não me esquecer,  
1837 subsecretário Jonatas, também peço que o senhor leve também para a secretária Natália o  
1838 pedido feito aqui pelo Edmilson, da visita lá na Juréia. É um caso complexo, de resolução  
1839 complexa, mas que a boa vontade e abertura do canal de diálogo para que a gente não tenha  
1840 que resolver isso nos litígios que já estão postos, eu acho que é um caminho importante. E a  
1841 visitação fez uma diferença, eu acho muito grande lá em Bombas e eu não tenho dúvida que na  
1842 Juréia vai fazer, o pessoal está disposto a fazer o acordo e fazer acordo pressupõe ceder algumas  
1843 coisas, e eu acredito que o estado aqui, o governo principalmente, também está disposto nessa  
1844 uma nova onda de diálogo, a celebrar um acordo e por fim a esses conflitos judiciais. E eu não  
1845 tenho dúvida que a presença da comunidade lá, que já está, o conflito é mais pontual, vai se  
1846 resolver de uma maneira exitosa. Eu acho que a gente tem todas as condições para fazer isso.

1847 **03:16:42 Rodrigo Levkovicz:** Prioste, acho que a gente precisa conversar mesmo. Na parte  
1848 que está aqui, que é o órgão gestor autoriza, na verdade, ele só olha os requisitos formais, ele  
1849 não entra no mérito, de saber quem é parente, quem não é parente. Na verdade, a gente colocou  
1850 isso para que eventualmente a comunidade não seja pressionada até, às vezes pelo crime  
1851 organizado, que está pegando muito forte em Ubatuba. Mas eu acho que a gente precisa  
1852 conversar. E até acho que o olhar de fora de quem não participou pode aprimorar coisas para a  
1853 gente melhor detalhar, porque eu acho que isso não tem problema. Só estou fazendo essa  
1854 contraparte porque isso foi muito importante no processo de negociação com a comunidade e  
1855 eu não gostaria que eles saíssem daqui se sentindo enganados. Então, quando a gente fala que  
1856 o órgão gestor vai autorizar, é muito mais olhando os requisitos formais, porque na prática a  
1857 gente sabe que chega lá um traficante ou um grande especulador imobiliário, pode pressionar  
1858 a associação e falar: “se vocês não fizerem, depois o bicho vai pegar”, e aí o estado entra para  
1859 afiançar que aquela regra do acordo vai ser cumprida e proteger a comunidade, foi muito mais  
1860 nesse sentido.

1861 **03:17:56 Jonatas S. da Trindade:** Então vamos lá, porque eu não fiz a minha fala em relação  
1862 ao que foi colocado por todos os conselheiros. Belô vai falar também. Belô, você vai falar?  
1863 Porque senão eu vou fazer aquele apanhado geral rápido que eu não fiz. Vou tentar ser rápido.

1864 **03:18:11 Beloyanis Monteiro:** É o seguinte, dar os parabéns pela iniciativa à comunidade, sei  
1865 da luta, há muitos anos. Mas eu acho que esse processo vai ser aperfeiçoado. É uma experiência  
1866 que está começando agora, tem muitos senões que o Fernando já levantou, que eu acho que eu  
1867 concordo com ele, mas eu acho que é o início de um processo. Não podemos dizer que está  
1868 tudo pronto, tudo acertado. Numa das reuniões aqui, Fernando me corrija se eu estiver errado,  
1869 teve uma proposta, que não sei se é do doutor Daniel, de criar um grupo para estar discutindo  
1870 essa pauta. Eu acho que esse assunto ele se arrasta há muitos anos. Eu acompanhei a Juréia e  
1871 sei da gravidade. Agora, com a presença do Edmilson aqui, eu achei que foi uma história muito  
1872 legal, porque quebrou uma resistência, tipo, vamos conversar, vamos dialogar. Eu acho que o  
1873 diálogo tem que ser das duas partes, da comunidade e do governo. Se uma parte for resistente,  
1874 a coisa fica difícil da gente chegar em um consenso. Mas agora, com a presença do Edmilson,

1875 eu queria reforçar a fala dele e dizer que a gente precisa também ter um olhar das dificuldades,  
1876 dos embates que existem na questão da Juréia, há muitos anos, mas a gente não pode deixar  
1877 por debaixo do tapete. Então, já que o Rodrigo já liderou esse processo, eu acho que agora é  
1878 uma abertura da gente ver outros casos. E a criação de um grupo de estudo envolvendo vários  
1879 entes, acho que é fundamental para a gente chegar num consenso. Agora, em relação à  
1880 questão... queria depois que o Rodrigo me falasse sobre a questão da praia. Eu tive na Praia da  
1881 Fazenda, no camping, em Caracol, isso há mais de 20 anos, nós fizemos uma atividade lá no  
1882 centro em Picinguaba e a gente visitou e viu o trabalho que eles realizavam lá, e aí eu fiquei  
1883 me perguntando aqui, como eu já conheço há muitos anos, qual que vai ser o direito desse  
1884 pessoal que já está lá fazendo um trabalho e que eles não são quilombola? Como é que ficou a  
1885 questão do acordo da praia? Acho que para mim não ficou muito claro e como eu conheço o  
1886 trabalho deles, eu falei, não, deixa eu perguntar porque não posso ir embora com essa dúvida,  
1887 porque é um pessoal que está lá há mais de 20 anos fazendo um trabalho bem legal. E a questão  
1888 fundiária, Rodrigo? A questão fundiária, que você falasse um pouco mais para a gente,  
1889 esclarecesse. Mais uma vez parabéns pela vitória da comunidade, acho que é o início de um  
1890 processo muito importante.

1891 **03:20:51 Rodrigo Levkovicz:** Muito rapidamente, Belô, a questão da praia, ou é território  
1892 quilombola e parque, então a gente vai promover as apropriações e indenizações respectivas,  
1893 isso consta do acordo. Quem tiver propriedade vai ser indenizado, quem tiver posse, a gente  
1894 vai avaliar se é de boa ou má fé, e aí mais efetivamente, como um parque estadual e como um  
1895 território quilombola não vamos poder ter terceiros, e as indenizações devidas vão ser apuradas  
1896 da forma devida. Então, basicamente é isso.

1897 **03:21:28 Glória Roberta Paffi:** Senhora Maria Isabel.

1898 **03:21:37 Maria Isabel:** Primeiramente, cumprimento a todos os presentes. Eu estou  
1899 conselheira no CONSEMA como representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do  
1900 estado de São Paulo. Dentro do conselho existe uma comissão de políticas afirmativas e da  
1901 qual faço parte também, e o CAU está formatando, está criando uma comissão temática que  
1902 pretende tratar das questões dos quilombos e áreas indígenas. Então, eu falo em nome do  
1903 conselho e apoiando esse acordo, parabenizando e nos colocando à disposição para participar  
1904 de grupos que venham a discutir essa questão, porque acho que o acordo ainda precisa de  
1905 alguma discussão. Então a gente está apoiando e vai procurar garantir todos os direitos  
1906 acordados. Tá bom? É isso.

1907 **03:22:47 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheira. Senhor Jonatas.

1908 **03:22:50 Jonatas S. da Trindade:** Então, vamos lá, as palavras finais, vou tentar ser célere.  
1909 Primeiro agradecer a participação do Cristiano, da Laura, da Lúcia, do Marquinhos, da senhora  
1910 Maria Luiza, procuradora da república, pela possibilidade de ter vindo aqui hoje participar  
1911 desse momento tão oportuno de trazer aos conselheiros o conhecimento desse acordo, um  
1912 acordo que estava caminhando há muito tempo. Então eu sempre acredito que é melhor ter um  
1913 acordo firmado e a gente vai caminhar e aí eu tenho certeza que o compromisso não é um  
1914 compromisso de gestão ou de governo, é um compromisso técnico, porque o trabalho teve o  
1915 envolvimento técnico da Fundação Florestal, independente se é Rodrigo, se é Diego, seja quem

1916 for, ter um trabalho técnico, jurídico, que foi feito. Se é o acordo ideal, o acordo não é ideal, se  
1917 é ou não é melhor, eu acho que é um acordo muito bom, pelo menos do que eu avaliei, da  
1918 conversa que eu tive com o Rodrigo. Na época, quando ele trouxe essa questão que a gente  
1919 precisava mobilizar a PGE, mobilizar todo mundo para poder avançar no acordo, houve um  
1920 entendimento que aquele era o acordo possível naquele momento. Então, se é o acordo possível,  
1921 vamos trabalhar para viabilizá-lo e foi o que foi feito. Existe um compromisso da gente avançar,  
1922 principalmente porque tem um acordo firmado, mas muito mais do que isso, é um  
1923 compromisso, enquanto cidadãos, de reconhecer a importância de vocês para aquela localidade,  
1924 seja do ponto de vista de proteção, seja do ponto de vista de saberes, seja do ponto de vista de  
1925 comunidade. Pelo fato de vocês estarem lá há muito tempo, entendendo o território e  
1926 protegendo o território, entendendo como é que vocês interagem com a comunidade, com a  
1927 população local e o benefício que vocês podem trazer para toda sociedade Paulista, quiçá  
1928 brasileira, pela possibilidade de convívio e de troca de experiências com toda essa população  
1929 que possa visitar lá o Quilombo da Fazenda. Então, esse é um aspecto importante que eu acho  
1930 que a gente tem um caminho a perseguir e tem um compromisso não só político, mas técnico  
1931 da Fundação Florestal, da Secretaria de Meio Ambiente, de avançar na construção do que já  
1932 foi construído, mas de colocar realmente bases firmes e que dê essa segurança para vocês, a  
1933 segurança da titulação, a segurança de que não vá ter uma interferência negativa, seja do ponto  
1934 de vista social ou ambiental naquele território. Eu acho que é isso, porque é essa postura que a  
1935 Fundação Florestal tem tido não só com vocês, mas diante dos demais casos. Esse não é o  
1936 primeiro e nem vai ser o último acordo, eu acredito nisso pela forma como a gente tem  
1937 encaminhado ao longo do tempo, a forma como tem sido construído esses acordos, na forma  
1938 como a gente entende que deveria e que tem sido tratado dentro da Fundação Florestal, pela  
1939 PGE também que tem questões jurídicas que a gente também tem que respeitar, então a gente  
1940 tem que tentar ver como é que a gente concilia e constrói da melhor forma possível, que traga  
1941 robustez e que traga segurança para todo mundo. Acho que esse é um aspecto que eu gostaria  
1942 de colocar. Não existe, muito pelo contrário, eu acho que a sociedade brasileira tem avançado  
1943 e entendido o tanto que vocês são importantes nessa composição da sociedade. Vocês são parte  
1944 da sociedade brasileira, tem todos os valores culturais e todos os valores étnicos, tem tudo,  
1945 acho que assim, resumindo, vocês fazem parte de uma população que é representada e que pode  
1946 cada vez mais se sentir representada como cidadãos brasileiros, com direitos e deveres, da  
1947 mesma forma como todos brasileiros, mas logicamente com suas especificidades. Então,  
1948 resumidamente, era isso. Então vocês estão de parabéns pela postura, pela forma como vocês  
1949 têm recebido e assimilado e construído esse acordo, que a construção também partiu de vocês,  
1950 partiu de todo envolvimento da advocacia geral, da Defensoria Pública, do Ministério Público,  
1951 de todo mundo nesse processo. Então, é um processo que realmente caminhou muito bem. Eu  
1952 participei daquele momento lá da assinatura, foi um momento muito feliz, acho que todos  
1953 estavam muito emocionados e realmente foi marcante, eu acho que para todos nós. Então dar  
1954 mais uma vez os parabéns, colocar o estado de São Paulo à disposição. Eu vou passar a  
1955 mensagem de vocês em relação à possibilidade da secretária Natália visitar. E eu peço ao  
1956 Rodrigo que organize essa possibilidade de visita, até para conhecer e entender. Eu conheci e  
1957 entendi a realidade de vocês. E também falar o seguinte, eu sempre como um bom burocrata,  
1958 servidor público, vocês colocaram a questão de saneamento e moradia, formalizem isso, entre

1959 com o pedido aqui na Secretaria para ver como é que a gente pode apoiá-los nesse sentido. Nós  
1960 não somos... Somos parcialmente responsáveis por essa política, principalmente saneamento,  
1961 mas moradia não, mas a gente pode buscar meios que viabilizem isso. Eu não estou garantindo  
1962 nem prometendo, mas se a partir do momento que vocês formalizam, nós vamos correr atrás  
1963 para ver como é que a gente consegue viabilizar isso, porque nós temos programas  
1964 habitacionais que atendem as comunidades quilombolas, nós temos projetos que nós temos  
1965 desenvolvido de saneamento, então nós temos total interesse em resolver isso. Eu estava  
1966 relatando uma situação específica que nós fomos a uma comunidade indígena. Eu falei,  
1967 Rodrigo, temos que buscar a solução em relação à questão de moradia, que não era uma  
1968 condição muito boa. Então a gente tem que buscar esse apoio para realmente ter uma moradia  
1969 digna. E voltando, não estou garantindo, mas vamos atrás disso e para isso eu preciso que vocês  
1970 formalizem, indiquem, olha, precisamos de X moradias, que sejam atendidas por saneamento  
1971 ou adequação, não sei. Aí a gente vai avaliar e ver dentro do governo quem que pode nos apoiar  
1972 no caso específico, a Secretaria Urbanismo e Habitação e outros atores que possam colaborar  
1973 com esse processo. Tá bom? Em relação ao que o Prioste colocou, o Prioste falou muito e eu  
1974 não consegui anotar tudo, mas trazendo alguns pontos. A questão do acordo, acho que é algo  
1975 que a gente vai realmente trabalhar e ver como é que a gente aprimora para os próximos ou  
1976 entender como é que a gente traz uma forma de internalização dele de forma benéfica, porque  
1977 não tem ninguém com interesse, como o Rodrigo colocou, de ter qualquer tipo de prejuízo para  
1978 essas comunidades, muito pelo contrário, a gente quer apoiá-los, porque a gente sabe da  
1979 importância deles. Nós valorizamos e respeitamos muito eles, acho que a palavra é essa,  
1980 respeito. Nós temos total respeito a essas comunidades e temos todo o interesse em apoiá-los.  
1981 E aí essa questão de um plano de redução de conflitos e judicialização, evitando judicializações,  
1982 nós somos totalmente favoráveis, eu, pelo menos, trabalho dessa forma. Eu acho que  
1983 judicialização a gente acaba perdendo essa possibilidade de ter uma articulação ou uma  
1984 discussão maior. Logicamente que nesse caso teve uma mediação, mas via de regra não é assim  
1985 que acontece. Então, se a gente puder conversar, nós estamos totalmente abertos a essa  
1986 conversa. A Fundação tem feito essa conversa, é super sensível esse assunto e tem participado.  
1987 Em relação à questão do Itesp, a questão de titulação, falta de planejamento, é uma coisa que a  
1988 Cris pode levar para o Itesp para entender como é que a gente pode conversar e a Secretaria  
1989 também pode, tem canal aberto com eles para conversar. A gente tem que apoiado nesse  
1990 processo de regularização. Não necessariamente na questão de regularização, mas no apoio de  
1991 que não é só a regularidade do ponto de vista de título, mas a regularidade ambiental também.  
1992 Então a gente tem se disposto a ajudar o Itesp nesse sentido. Questão de diálogo com os caiçaras  
1993 também estamos abertos, como eu já coloquei, e vou fazer essa provocação, pedindo ao  
1994 Rodrigo que a gente organize uma agenda, que a agenda da Natália não tem sido fácil. A minha  
1995 já está difícil, imagina da Natália. Essa semana a Natália viajou, está uma loucura porque,  
1996 assim, se eu for detalhar, tem horas que só falo que eu estou cansado para caramba, é só isso  
1997 que eu falo, estou cansado, está muito corrido. Mas é isso. E aí, indo de trás para frente, a  
1998 questão da cadeira dos quilombolas no conselho, eu acho que a gente tem que avaliar e ver  
1999 como é que pode trabalhar nisso. Eu acho importante ter a participação das comunidades, ter  
2000 uma representação dentro do CONSEMA. E aí foi colocado aqui em relação à questão do  
2001 projeto Raposo Tavares, a questão da incorporação do complemento social, nós vamos fazer

2002 essa provocação na resposta ao ofício que foi endereçado para a gente da não participação nesse  
2003 momento da SPI, para que eles incorporem e tragam na nossa discussão essa questão social, eu  
2004 acho que é importante. Essa questão da participação, o CONSEMA sempre aberto, é uma casa  
2005 aberta para participação pública, que o Beloyanis colocou. Retornando aqui, foi um pedido do  
2006 Paulo do Rêgo o apoio da Fundação Florestal em relação às UCs criadas pelo município, e eu  
2007 acho que a gente pode apoiar dentro daquilo que é possível, que também a equipe é super  
2008 diminuta da Fundação, mas eu acho que pode, pelo menos, marcar um evento ou um momento  
2009 para explicar como é que tem sido construído esses Planos de Manejo, que, para mim, é uma  
2010 experiência diferenciada, quando eu comecei a me envolver nesse assunto, que eu faço parte  
2011 do comitê, conselho, sei lá, dos 400 conselhos que eu participo. Além disso, eu participo dos  
2012 de Plano de Manejo e vejo como o estado de São Paulo está à frente da maior parte dos estados  
2013 em relação a essa questão da construção dos Planos de Manejo. A questão da regularização  
2014 fundiária e a questão do CAR, parabenizar a Secretaria de Agricultura e Abastecimento pelo  
2015 processo que tem sido conduzido. A gente tem visto repercussões na mídia positivas pelo  
2016 estado de São Paulo estar realmente avançando com CAR, e aí a gente espera que efetivamente  
2017 os proprietários entendam que a questão ambiental é muito relevante nesse contexto, seja a área  
2018 de APPs, seja reserva legal. Eu acho que essa mobilização da sociedade paulista nesse sentido  
2019 faz com que a gente ganhe e, logicamente, a Secretaria de Agricultura é uma indutora desse  
2020 processo, importante indutora. Agradecer a Cris. Eu nunca sei, Cris, se é Cris Murgel ou Cris  
2021 Murguel, mas assim, agradecer e muito a parceria nesses um ano e meio que conseguimos  
2022 conviver, pela seriedade na condução do trabalho, pelo retorno que você tem dado o tempo  
2023 todo, da Agricultura, vai ser uma perda muito grande para a gente essa possibilidade desse  
2024 convívio com você. Então muito obrigado. Agradeço o Rafael Frigério pelas falas em relação  
2025 às ações do São Paulo Sem Fogo. Nós temos feito algumas provocações do ponto de vista de  
2026 transparência e de entender o cenário, que esse ano é um cenário muito complicado. A gente  
2027 tem visto o que tem acontecido no Pantanal, a gente tem visto o que tem acontecido em outros  
2028 biomas, então mobilizar a sociedade para que evite colocar fogo, porque realmente está  
2029 complicado. Eu viajei para o Pontal, vindo de lá pra cá eu vi a quantidade de focos de incêndio  
2030 e a maioria deles em propriedades particulares. Em relação ao que foi colocado pelo  
2031 conselheiro Andrés, eu não tenho participado diretamente dessa questão da logística reversa,  
2032 porque é uma agenda que não tem sido conduzida por mim dentro da Subsecretaria, e sim pela  
2033 Cetesb e pela Sub de Recursos Hídricos e Saneamento, porque essa agenda está com a Sub de  
2034 Recursos Hídricos e Saneamento. Então assuntos relacionados a essa questão não têm sido  
2035 gerenciados ou acompanhados por mim, então não tinha conhecimento do que foi apresentado,  
2036 mas sempre me coloco à disposição para intermediar e fazer parte dessa discussão, porque me  
2037 interessa pelo assunto e tenho apoiado, na medida do possível, tanto a Cetesb como a Sub de  
2038 Recursos Hídricos e saneamento para dar endereçamento a essas questões, porque tudo é meio  
2039 ambiente. A questão da transparência, eu primo muito pela questão da transparência e tenho  
2040 colocado isso dentro da Cetesb. Quem sabe a gente tem um espaço de discussão, e aí peço que,  
2041 se for necessário, que o senhor formalize solicitação de reunião, que eu vou endereçar para  
2042 quem de direito para que atenda o senhor, como atenda qualquer um, para poder discutir esses  
2043 assuntos. A questão que foi colocada pelo conselheiro Beloyanis em relação à APA do sistema  
2044 Cantareira eu acho que foi respondido, e bem respondido, pelo doutor Daniel, e é importante a

2045 gente trazer isso para poder conscientizar o município da importância de respeitar as leis, e aí  
2046 tem um papel importante também do Ministério Público na fiscalização da aplicação da lei. Em  
2047 relação ao que foi colocado pelo conselheiro Roberto Resende nós estamos à disposição, como  
2048 sempre, para poder discutir e avançar, e aí voltando, eu peço para que formalize isso, pode ser  
2049 via CONSEMA, para a gente montar esse grupo de trabalho para discutir aqueles assuntos.  
2050 Aqueles assuntos, eu pedi muito para Juliana endereçá-los e envolvê-los nessa discussão e  
2051 nesse aprimoramento, naquela oportunidade que estivemos em Joanópolis. Eu coloquei:  
2052 “Juliana, temos que ter um plano de ação”, até comentei isso, e estabelecer uma forma que a  
2053 gente possa atacar aqueles pontos mais simples de imediato e aqueles pontos que são mais  
2054 complexos trazer para essa discussão. Então, permanecemos à disposição e vou levar esse  
2055 recado para Juliana para que a gente possa avançar. A questão do mecanismo de participação  
2056 lá no Conselho de Mudanças Climáticas, eu levei isso para o gabinete, mas era um processo  
2057 que já estava em curso, então vai sair porque eu já já tinha fechado, inclusive, já fechou o prazo  
2058 de candidatura e nos próximos dias deve sair o conselho, então, é porque tem um compromisso  
2059 de efetivamente botar o conselho para rodar agora, salvo engano, em agosto. Então, tinha um  
2060 prazo para poder essas coisas acontecerem. A questão da resolução SIMA 27 também, se puder  
2061 registrar, mandar um e-mail para o CONSEMA, a gente provoca as áreas técnicas para que a  
2062 gente possa revisar esse mapa. A questão do acesso, Prioste, a questão do acesso do processo,  
2063 a Cris explicou, e assim, nós estamos à disposição também para colaborar, porque eu entendo  
2064 essa questão da necessidade da transparência. Eu apoio 100% a questão da transparência, mas  
2065 também tem que entender alguns aspectos, por exemplo, se às vezes tem um documento  
2066 preparatório que não está pronto ou que independe de deliberação, a lei de acesso à informação  
2067 fala que é um documento que se mantém com caráter restrito até que seja deliberado em relação  
2068 àquele documento, eu não sei se é o caso. Então tem situações e situações a gente tem que  
2069 entender o fato. A questão do monitoramento de restauração que você falou e de  
2070 acompanhamento, essa foi uma coisa que eu cobrei do Frigério para a gente pensar na  
2071 metodologia, porque pelo Inventário Florestal houve um aumento da vegetação ao longo do  
2072 tempo, apesar do desmatamento ter continuado, processos naturais de regeneração ou processos  
2073 induzidos provocaram essa ampliação da vegetação nativa do estado de São Paulo ao longo  
2074 dos anos. Isso o inventário tem apontado, mas eu pedi para a gente ter alguma forma e o Frigério  
2075 está estudando com a equipe técnica uma alternativa para fazer isso. Foi uma provocação minha  
2076 que a gente tem que também trazer a transparência em relação a isso. Agradecer a participação  
2077 do SOS Mata Atlântica hoje, que foi muito importante trazer a luz, como esses dados, esses  
2078 levantamentos têm sido feitos e ainda bem que temos ONGs que tem ativamente trabalhando  
2079 para que a gente traga essa informação à sociedade e que possam induzir a esse processo de  
2080 políticas públicas cobrando dos governantes uma ação mais efetiva para melhorar. Realmente  
2081 trazer o benefício que toda a sociedade espera. Eu não tenho problema nenhum de ser cobrado,  
2082 muito pelo contrário, eu acho que a cobrança vem e faz parte, mas eu sempre coloco o seguinte,  
2083 cobre, mas ajudem nesse processo também, porque nosso corpo, é um corpo muito pequeno, a  
2084 gente precisa do apoio da sociedade nessa condição e nessa melhoria ambiental do estado de  
2085 São Paulo. Não adianta esperar que o estado vá resolver tudo, o estado não resolve tudo. E o  
2086 estado tem que ser um facilitador e tem também, lógico, fazer as coisas, mas sozinho a gente  
2087 não consegue fazer nada. Foi falado sobre a questão de alteração da lei, em relação aos

2088 embargos. Aí é uma questão muito mais legal, mas eu acho que vale a pena entender como é  
2089 que funciona esse processo. E a gente pode trazer em algum momento essa discussão. Mas o  
2090 que eu posso falar é o seguinte, a PGE está com um conjunto gigantesco de processos para  
2091 judicializar em relação, tanto a questão de descumprimento de TCRAs, descumprimento de  
2092 embargos, quanto à questão das autuações, trazer essa efetividade. Vocês podem ter certeza,  
2093 tem sido... eu, enquanto secretário de meio ambiente, eu tenho, não é uma pena, mas assim, eu  
2094 fico consternado em relação ao volume de coisas que chegam para ser judicializadas. A gente  
2095 sabe que demanda um trabalho, um esforço muito grande por parte dos procuradores do estado.  
2096 Então a gente tem que buscar outros mecanismos para evitar a judicialização, acredito também  
2097 nisso. Em relação à fala da Gilda Nunes e a apresentação da SOS foi muito oportuna. Eu acho  
2098 que a gente vai ter que ter um olhar diferenciado, Frigério, em relação à Ilhabela, acho que tem  
2099 uma pressão, desmatamento ilegal, isso aponta a necessidade direcionamento da PMAmb com  
2100 apoio, com o fortalecimento de ações locais, porque não dá para um território desse estar tão  
2101 pressionado. Acho que a gente vai ter que organizar dentro do planejamento essas ações. Em  
2102 relação à questão do PL da geodiversidade, que o doutor Alexandre Perinoto trouxe, está em  
2103 discussão, tem análise técnica aqui dentro da Secretaria. A gente tem que ver também quais  
2104 são os requisitos, além de legais, como é que pode encaminhar aquela proposta. Tem que  
2105 entender, isso está em discussão técnica dentro da Secretaria. Resumidamente é isso, eu já falei  
2106 muito. Não sei se alguém gostaria de ter mais algum ponto, mas agradecer mais uma vez a  
2107 participação de vocês do Quilombo da Fazenda aqui nesse momento, do Ministério Público  
2108 também. Colocar a Secretaria à disposição. Tragam as questões à Fundação ou via CONSEMA,  
2109 ou via Secretaria para a gente discutir aqui e realmente fortalecer a comunidade de uma forma  
2110 bastante clara, com muita conscientização ambiental, educação ambiental muito forte,  
2111 relevando a importância de vocês, fazendo uma divulgação muito forte do trabalho de vocês.  
2112 Eu falo o tempo todo, essa comunicação é muito importante. Então comunicar para a sociedade  
2113 a importância e a relevância de vocês naquele território. Contem com a gente para construir  
2114 pautas positivas nesse sentido. Então eu peço desculpas pela paciência e agradeço a  
2115 participação de cada um de vocês, e estou entendendo que hoje finalizamos a reunião. Está  
2116 bom? Obrigado, bom final de mês, boas férias para quem for tirar férias agora nesse período e  
2117 esperamos um retorno positivo agora em julho.